

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
CURSO DE HISTÓRIA

**A IDEIA DE MODERNIZAÇÃO A PARTIR DA ENERGIA ELÉTRICA
NA VILA DE TEUTÔNIA-RS NOS ANOS 1950**

Everline Luise Heinrichs

Lajeado, dezembro de 2014

Everline Luise Heinrichs

**A IDEIA DE MODERNIZAÇÃO A PARTIR DA ENERGIA ELÉTRICA
NA VILA DE TEUTÔNIA-RS NOS ANOS 1950**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Licenciatura em História, do Centro Universitário Univates, como parte da exigência para obtenção de título de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Dalmáz

Lajeado, dezembro de 2014

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao ser supremo pelo dom da vida, pela minha família e por me guiar por bons caminhos.

Agradeço aos meus pais, Jaci e Orlando, pelo amor e atenção recebidos ao longo da caminhada. Por acreditarem em mim e me mostrarem que era possível, mesmo encontrando obstáculos.

A meu namorado Jonatan, pela paciência e atenção a mim dedicadas. Por saber compreender a necessidade de alcançar esse objetivo.

A meu irmão Éverton, pelo incentivo e pelas palavras de força nos momentos de dificuldades.

A meu orientador, professor Mateus Dalmáz, pelos auxílios recebidos na condução deste trabalho. Sempre paciente e atencioso, apontando caminhos e fazendo-me perceber que daria certo.

A todos os professores com quem tive o privilégio de dividir momentos ao longo da graduação; em especial aos professores do Curso de História da Univates.

Aos entrevistados que dedicaram algumas horas do seu dia para contribuírem com esse trabalho. Cada um deles foi fundamental para a concretização da pesquisa.

A meus amigos, pelas horas de alegria, parceria e, por compreenderem a minha ausência em determinados momentos em função da realização da pesquisa.

A todos os colegas do Curso de História com os quais tive a oportunidade de conviver e dividir momentos da vida, dentro da sala de aula e também fora dela. Vivemos momentos intensos e prazerosos a cada semestre.

A todos que contribuíram de alguma forma, e do seu jeito, na realização do trabalho, muito obrigada!

RESUMO

A geração de energia elétrica proporciona uma série de mudanças na vida das pessoas. Essas transformações são sentidas pelos moradores da Vila de Teutônia, a partir de uma iniciativa privada, desde a década de 1930, e que se intensifica com o passar dos anos, atingindo seu auge na década de 1950, quando o empreendimento privado transforma-se em uma Cooperativa, impulsionando o desenvolvimento de uma região do interior. O objetivo da pesquisa é analisar a ideia de modernização da Vila de Teutônia nos anos 1950 a partir da energia elétrica, problematizando qual o ideário de modernização da comunidade local presente na geração da energia elétrica na Vila de Teutônia nos anos 1950. As hipóteses levantadas dão conta de que a Cooperativa de Eletricidade Rural Teutônia (Certel) surgiu a partir de uma iniciativa privada e, que a chegada da energia elétrica possibilitou o desenvolvimento do interior. Para análise do tema são utilizados conceitos de modernização de Berman (1986) e Le Goff (2003). A metodologia baseia-se na história oral, a partir de Thompson (1992) e Felix (1998). Através dos depoimentos colhidos e analisados constatou-se que a geração da energia elétrica na Vila de Teutônia, a partir de uma iniciativa privada, modificou a vida dos moradores de tal forma que cada vez mais pessoas desejavam usufruir dessa modernização que era a energia elétrica.

Palavras-chave: Modernização. Energia elétrica. Certel. Vila de Teutônia-RS.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DO BRASIL, DO RIO GRANDE DO SUL E DO VALE DO TAQUARI/RS NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950	10
1.1 Contexto histórico brasileiro.....	10
1.2 Contexto histórico do Rio Grande do Sul	22
1.3 Contexto histórico do Vale do Taquari.....	35
2 ENERGIA ELÉTRICA, MODERNIZAÇÃO, INICIATIVA PRIVADA E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR	43
2.1 Iniciativa privada	43
2.2 Desenvolvimento do interior	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	66

INTRODUÇÃO

A chegada da energia elétrica na Vila de Teutônia, então quinto distrito do município de Estrela/RS, impulsionou uma série de transformações na localidade. Estrela é uma cidade, geograficamente, localizada no Vale do Taquari, próximo da capital, Porto Alegre. Em 1938 os povoados que pertenciam a Estrela passaram a ser chamados de Vila. Boa Vista de Teutônia e Pinheiro Machado, como se chamavam no início, passaram para Teutônia e Ouro Branco respectivamente. O último ainda teve alteração, mudando para Languiru. A Vila de Teutônia era distante de sua sede, em torno de 16 quilômetros. Ela compreendia, na época, o que hoje se conhece como bairro Teutônia e seus arredores como linha Harmonia, linha Frank e linha Welp, pertencentes ao município de Teutônia/RS.

Fábricas praticamente não existiam na Vila de Teutônia; o que se tinha eram marcenarias, uma delas do pai de seu Reinoldo Aschebrock, uma liderança na geração de energia elétrica na localidade. Foi nessa marcenaria que fizeram funcionar a primeira usina de energia elétrica, a gás pobre, que dava conta de abastecer apenas a marcenaria e a residência de seu proprietário. Contudo, cada vez mais as pessoas da comunidade começaram a interessar-se pelos benefícios que a energia elétrica trazia aos seus usuários. Isso fez com que Reinoldo passasse a pensar em alternativas para tornar isso uma realidade para mais pessoas. E uma delas foi a construção de duas usinas no morro da Harmonia, onde hoje se localiza a Lagoa da Harmonia. O território foi adquirido por seu Reinoldo Aschebrock, após fazer levantamentos na região e perceber que a construção das usinas seria possível. O

empreendimento adquiriu grandes proporções, de modo que foi fundada a Cooperativa de Eletricidade Rural Teutônia Ltda (Certel).

A partir de meados da década de 1930, a geração da energia elétrica inicia na Vila de Teutônia e cresce estrondosamente. A procura pela “novidade”, que era a energia elétrica no período, e, principalmente, na região, tendo em vista as vantagens de usufruir do recurso nas residências, impulsionou o crescimento do empreendimento.

A geração da energia elétrica na Vila de Teutônia e arredores impulsionou o desenvolvimento econômico e social do distrito, de tal forma que, em 1981, esse, juntamente com outros dois distritos, emanciparam-se de Estrela e fundam o novo município chamado Teutônia.

O interesse pela pesquisa encontra-se exatamente nos aspectos relatados acima. Instigante é poder refletir sobre o processo de modernização que se iniciou com a geração da energia elétrica. É a partir da geração da energia elétrica que o bem-estar das pessoas se modifica, as primeiras fábricas começam a aparecer, enfim, o contexto da vila de Teutônia se modifica completamente. Tanto a vida social quanto a vida econômica sofrem alterações com a modernização e são essas transformações nos diversos padrões da sociedade que justificam esta pesquisa. Além disso, a pesquisadora cresceu próximo ao local onde se iniciou a geração da energia elétrica a gás pobre, e sempre ouviu pessoas próximas comentando aspectos referentes ao empreendimento.

O objetivo dessa pesquisa, portanto, é analisar o ideário sobre o processo de modernização da Vila de Teutônia nos anos 1950 a partir da energia elétrica. Vale ressaltar que, para compreender a fundação da Cooperativa nos anos 1950, foi necessário refletir sobre os acontecimentos ocorridos desde a década de 1930, quando se inicia a geração da energia elétrica na Vila. Através de fontes orais e bibliográficas, questiona-se: qual a ideia de modernização da comunidade local presente na geração da energia elétrica na Vila de Teutônia nos anos 1950?

Considera-se como hipótese, em primeiro lugar, que a ideia de modernização da comunidade local está associada à iniciativa privada. Isto é, os entrevistados revelaram que a geração de energia elétrica, via iniciativa privada, era sinônimo de

modernização. Em segundo lugar, os depoimentos associaram a modernização a partir da energia elétrica com o desenvolvimento econômico do interior da localidade, o qual passou a se modernizar com a chegada desse recurso.

A reflexão acerca da modernização que a geração da energia elétrica provocou na Vila de Teutônia é trabalhada a partir de autores como Berman (1986) e Le Goff (2003), pois ambos abordam os conceitos de modernização. Autores como Fausto (2002), Bielschowsky (1995), Pesavento (1982), Barden et al. (2002), entre outros, auxiliam no estudo acerca do contexto brasileiro, estadual e regional. Em especial, a contextualização da eletrificação sustenta-se em Mallmann (2009).

A realização da pesquisa depende, em grande parte, da realização das entrevistas orais com pessoas que estiveram envolvidas no processo de geração de energia elétrica na Vila de Teutônia. A pesquisa valoriza a história oral e as memórias por acreditar que o método favorece uma melhor análise, mais completa, do tema em estudo. A história oral é vista como metodologia, e aqui é sustentada por autores como Thompson (1992), que esclarecem que a história oral pode trazer grandes contribuições para o resgate e valorização da memória. Os depoimentos orais são importantes, pois através deles o historiador

[...] pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. Enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os 'objetos' de estudo em 'sujeitos', contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira (THOMPSON, 1992, p. 137).

Felix (1998), assim como Thompson, também sugere que a história oral é um meio para tornar a história mais concreta e não como algo que está no passado, mas sim como experiências que foram construindo o que temos hoje. E nessa pesquisa, especificamente, facilitam a análise de como foi constituindo-se a geração de energia elétrica na Vila de Teutônia e os seus reflexos.

A monografia está estruturada em dois capítulos: "Aspectos políticos e econômicos do Brasil, do Rio Grande do Sul e do Vale do Taquari/RS nas décadas de 1940 e 1950", traz uma contextualização do país, do estado e da região no que tange à política e à economia, basicamente. Essa abordagem do primeiro capítulo é

essencial para que se compreenda o contexto dos relatos trazidos no segundo capítulo.

O segundo capítulo, intitulado “Energia elétrica, modernização, iniciativa privada e desenvolvimento do interior”, analisa o ideário de modernização na Vila de Teutônia na década de 1950 e anos próximos. A análise em torno da ideia de modernização a partir do fornecimento da energia elétrica no distrito foi feita através de depoimentos orais coletados de pessoas da comunidade e de pessoas que estiveram de alguma maneira envolvidas nos primórdios da geração da energia elétrica. Nesse capítulo, aborda-se o início da geração da energia elétrica na Vila de Teutônia e as repercussões no desenvolvimento da Vila e arredores.

1 ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DO BRASIL, DO RIO GRANDE DO SUL E DO VALE DO TAQUARI/RS NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950

A partir da segunda metade da década de 1940 e, principalmente, nos anos 1950, a energia elétrica começou a ser implantada na vila de Teutônia, então quinto distrito de Estrela, no Vale do Taquari-RS. O capítulo refere-se ao contexto histórico mais amplo em que tal processo se insere, especificamente aos aspectos políticos, econômicos e energéticos que caracterizaram o Brasil, o Rio Grande do Sul e a região correspondente ao Vale do Taquari naquele período.

1.1 Contexto histórico brasileiro

O fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) descortinava um novo cenário mundial. Um mundo dividido em dois blocos político-militares: de um lado os Estados Unidos e de outro a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O modo de vida norte-americano penetrava com fôlego em escala global, especialmente nos países latino-americanos. O chamado *american way of life* foi um dos legados do alinhamento da América Latina ao pan-americanismo estadunidense no decorrer da Segunda Guerra. A partir de 1945, numa conjuntura marcada pela bipolarização do sistema internacional e pela decadência do projeto de integração pan-americano, o Brasil

variou suas estratégias de obtenção de recursos e de tecnologia para efetivar a industrialização do país.

O cenário político do Brasil no final e no pós-guerra era de jogo político constante. Enquanto o presidente Eurico Dutra, entre 1946 e 1950, apostou no liberalismo econômico e no alinhamento aos Estados Unidos como forma de atração de capital estrangeiro para desenvolver a economia do país, Getúlio Vargas, no mandato seguinte (1951-1954), apostou num modelo nacionalista de desenvolvimento, com forte ênfase na industrialização a partir do capital nacional e na barganha nacionalista junto a Washington para atrair investimentos. Vargas, no entanto, envolveu-se numa grave crise política. Temia que no Brasil acontecesse o mesmo que na Argentina, com Juan Domingo Perón. Ambos populistas “pretendiam, no plano político, reduzir as rivalidades entre as classes, chamando as massas populares e a burguesia nacional a uma colaboração promovida pelo Estado” (FAUSTO, 2002, p. 387). Nesses moldes, o populismo latino-americano tomava forma. Para Fausto (2002, p. 388) “no caso brasileiro, os apelos simbólicos e as concessões econômicas às massas populares seriam a tônica do *getulismo*, ou pelo menos do primeiro governo Vargas”. O populismo varguista no início da década de 1950 acumulou resultados contrastantes, como o aumento do salário mínimo, de um lado, e o crescimento da inflação, de outro. Interessado em combater o comunismo na Europa, o Estados Unidos não se constituiu no parceiro econômico pretendido por Vargas em seu segundo governo. A radicalização da oposição a Getúlio após o atentado ao jornalista Carlos Lacerda, então ferrenho *antigetulista*, especialmente por parte das Forças Armadas e dos setores da sociedade civil favoráveis a um modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, fizeram com que a pressão pela renúncia do presidente aumentasse. A crise política culminou com o suicídio de Vargas, em agosto de 1954.

O período que antecedeu a morte de Vargas foi de crescente industrialização. De fato, entre 1930 e 1945, a industrialização alavancou no Brasil, com mais expressividade entre 1933 e 1939, do que entre 1939 e 1945, provavelmente em função da Segunda Guerra Mundial que havia eclodido. Nesse período, o cenário do país se alterou. O que antes era um panorama rural, passou a ser industrial:

A paisagem urbana também se modernizava, com a construção de edifícios e casas de formas livres, mais funcionais e menos adornadas, acompanhadas por uma decoração de interiores mais despojada, segundo os princípios da arquitetura e do mobiliário moderno. Através da propaganda veiculada pela imprensa escrita, é possível avaliar a mudança nos hábitos de uma sociedade em processo de modernização: produtos fabricados com materiais plásticos e/ou fibras sintéticas tornavam-se mais práticos e mais acessíveis (KORNIS, 2012, texto digital).

Portanto, observa-se, mais uma vez, como o impulso na industrialização modificou o cenário do Brasil. Um país que antes vivia, exclusivamente, da agroexportação, passa a entrar no turbilhão do que se chama de vida moderna, conforme afirma Berman, Moises e Loratti (1986, p. 16):

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão. No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se 'modernização'.

Vargas, em seu governo, incentivou o processo de industrialização e urbanização (que ocorreu no país com mais intensidade na década de 1950, com Juscelino Kubitschek) já a partir de 1930 e que foi crescendo ao longo dos anos. Conforme Lopez (1987, p. 86), “o progresso industrial dos anos 30 ocorreu principalmente no setor de bens de consumo não-duráveis (artigos têxteis e alimentícios) e não chegou até o setor de bens duráveis [...]”. Getúlio flertou com o desenvolvimentismo, que Bielschowsky define como: “o ‘projeto’ de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio estatal” (1995, p. 33). Ou seja, o Estado incentivou a industrialização para que o Brasil não fosse apenas um país agroexportador.

Durante o seu primeiro governo, Vargas apoiou o desenvolvimentismo, tanto que:

[...] as origens do desenvolvimentismo são o período de 1930-45. A crise econômica internacional, suas repercussões internas e a centralização política nacional posterior à Revolução de 1930 estão entre os principais fatores explicativos do surgimento dessa ideologia econômica (BIELSCHOWSKY, 1995, p. 78).

Entretanto, Getúlio Vargas renuncia pelos motivos já apontados. Segundo Lopez (1987, p. 87), foi uma “deposição negociada” e quem assumiu o governo de forma temporária, até que as próximas eleições ocorressem, foi José Linhares, então presidente do Supremo Tribunal Federal.

Os candidatos, naquela ocasião, eram: Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN), Iedo Fiúza, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD). Este último venceu com 55% dos votos, apoiado por Getúlio Vargas, que havia conquistado, com seu carisma, o apoio de grande parte do eleitorado.

Dutra assumiu a presidência em 31 de janeiro de 1946, intensificando, ao longo de seu governo, a relação com os Estados Unidos. Com a nova Constituição de 1946, o tempo de autoritarismo vivenciado no Estado Novo, aos poucos, chegava ao fim, apesar de que, durante a ditadura Vargas, a população carente se achou bem assistida. De acordo com Pesavento (1982, p. 121):

Com o fim do Estado Novo e a redemocratização, iniciou-se o período da história do Brasil conhecido como ‘democracia populista’. A nível nacional, afirmava-se o novo padrão de acumulação capitalista baseado na indústria. O eixo da economia nacional passara definitivamente a centrar-se no processo de industrialização, mantendo-se, contudo, apoio ao setor agroexportador. Garantindo as exportações, o Brasil assegurava divisas para manter a sua capacidade aquisitiva externa.

Em 1947, Dutra solicitou o fechamento do PCB, conforme o texto da Constituição, onde era vedada a existência de partidos comunistas, ou melhor, partidos que ferissem o regime democrático. A forte ligação com os Estados Unidos sugeria que o Brasil deveria combater o comunismo, e foi isso que Dutra fez, apesar de em muitos aspectos dar seguimento aos planos de Getúlio Vargas, anteriormente presidente:

As eleições presidenciais, realizadas em dezembro de 45, deram a vitória ao Gen. Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra do Estado Novo. A ascensão de Dutra representava o ‘continuismo de Vargas’, ou seja, a permanência no poder dos mesmos elementos que ocupavam altos cargos

durante o Estado Novo, mas sem Getúlio na presidência. Seu governo teve um cunho acentuadamente anti-esquerdista. Com o apoio do Exército e da UDN, o governo Dutra usou a repressão para combater a atuação do Partido Comunista Brasileiro. A constituição de 1946, que previa para os 'partidos antidemocráticos' a proibição de participar do jogo político, permitiu que o PCB fosse considerado ilegal (PESAVENTO, 1982, p. 123).

Economicamente, iniciou com Dutra um período que sugeria um modelo liberal, com praticamente nenhuma intervenção do Estado na economia, diferente do tempo de Vargas. As influências estatais que existiam no Estado Novo foram sendo, aos poucos, eliminadas, mas sem deixar de incentivar a industrialização do Brasil:

De uma forma geral, a tendência do 'nacionalismo desenvolvimentista' ou do 'desenvolvimento capitalista autônomo', delineado já por Vargas no período do Estado Novo, com a redemocratização encontrou sua expressão política no populismo. Esta tendência buscava reformular as condições de dependência da economia brasileira e estimular a industrialização no país. Além disso, tinha uma postura cautelosa com relação à interferência do capital estrangeiro (PESAVENTO, 1982, p. 127).

A partir de 1947 o governo permitiria apenas a importação de bens de primeira necessidade, estimulando a produção dentro do país. Antes mesmo de Dutra chegar à metade de seu governo, Vargas iniciou as manobras para vencer na próxima eleição. Eurico Gaspar Dutra não apoiou Vargas, uma vez que ele não daria continuidade aos projetos de seu governo. Além de Getúlio Vargas (PTB), concorriam com ele, novamente, Eduardo Gomes (UDN) e Cristiano Machado (PSD). Getúlio venceu e retorna ao poder presidencial em 31 de janeiro de 1951.

Vargas assumiu a presidência com o intuito de dinamizar a economia e promover a industrialização do país, a partir de um viés nacionalista. Era hora de apoiar a industrialização com intervenção estatal, conforme Fausto (2002, p. 409):

No início da década de 50, o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. Foram feitos investimentos públicos no sistema de transportes e de energia, com a abertura de um crédito externo de 500 milhões de dólares. Tratou-se de ampliar a oferta de energia para o Nordeste e equacionou-se o problema do carvão nacional.

Durante o segundo governo de Getúlio Vargas nem tudo foi satisfatório. Houve sim, como já foi dito, um apoio à industrialização, no entanto, a inflação aumentou ano a ano, comprometendo a estabilidade financeira do país. De acordo com Fausto (2002, p. 409), a inflação "passou de 2,7% em 1947 a uma média anual de 13,8%

entre 1948 e 1953, apresentando neste último ano uma variação de 20,8%”, ou seja, a questão era delicada. De um lado, Vargas, populista, precisava dar atenção à população, que estava sofrendo por um custo de vida altíssimo; de outro, era necessário adotar medidas contrárias, muitas vezes, àquelas que o povo esperava para, de alguma forma, tentar amenizar a inflação que assombrava o país.

Em função desses problemas financeiros, o presidente Getúlio apostava cada vez mais no nacionalismo, diferentemente do governo anterior, que simpatizava com o liberalismo. Quando se tratava dos setores estratégicos da economia, como energia, transportes e comunicação, defendia o nacionalismo, justificando que os problemas pelos quais o Brasil passava naquele momento eram resultantes dos problemas no balanço de pagamentos ligados ao capital estrangeiro. A partir desse momento, empresas estrangeiras, que antes forneciam a energia elétrica no Brasil, não investiram mais. Para suprir a defasagem na área, Getúlio Vargas expressa o nacionalismo e inaugura a Eletrobrás em 1954. Com maior intensidade o governo brasileiro passou a incentivar mais exportações do que importações. Isso já acontecia no governo de Eurico Gaspar Dutra, mas se intensificou com Vargas:

Vimos como o processo de substituição de importações ocorreu no governo Dutra, após a mudança de rumos da política econômica. De uma forma deliberada, Getúlio Vargas acentuou esse processo. A ampliação da receita das exportações em consequência da Guerra da Coréia permitiu ao governo, através do mecanismo do confisco cambial, concentrar em suas mãos recursos que foram destinados a incentivar a industrialização (FAUSTO, 2002, p. 426).

As pressões sob as quais Vargas se encontrava fizeram-no tirar a sua própria vida. A inflação não diminuía, parte da população estava insatisfeita e ele já não tinha mais o apoio das Forças Armadas. O atentado à vida do jornalista e udenista Carlos Lacerda, em agosto de 1954, fez com que uma série de suspeitas de corrupção fosse levantada contra o governo Vargas. Acuado pela oposição (formada pela UDN, pelas Forças Armadas, pelos interessados no modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro), Getúlio se suicidou com um tiro no dia 24 de agosto de 1954, no Palácio do Catete, conforme mencionado anteriormente.

Para as massas populares, Getúlio será sempre lembrado como o governante popular, carismático e que ouviu suas reivindicações. Ao saber de seu suicídio, a

população foi para as ruas. Caminhões de jornais oposicionistas foram incendiados, demonstrando a insatisfação que o povo sentia com o acontecido.

O vice-presidente de Getúlio Vargas, Café Filho, assumiu a presidência até a eleição de outro presidente, em outubro de 1955. Durante o seu governo, conforme Lopez (1987, p. 88), “[...] golpeado o populismo, o Governo Café Filho se sentiu à vontade para incrementar a entrada de capital estrangeiro em lugar de aumentar as responsabilidades do Estado no projeto de desenvolvimento capitalista [...]”.

Para as eleições de 1955, o PSD foi o primeiro partido a colocar à disposição um candidato: Juscelino Kubitschek (JK), que teve passagem no governo mineiro. Nessas eleições, ocorreu a aliança do PSD-PTB, pois JK encarnava uma das vertentes do *getulismo*. Tal aliança havia, em 1945, dado a vitória a Eurico Gaspar Dutra (FAUSTO, 2002). Além de Juscelino, candidataram-se Ademar de Barros (Partido Social Progressista – PSP), Juarez Távora (UDN) e Plínio Salgado (Partido de Representação Popular – PRP).

Juscelino Kubitschek venceu as eleições do dia três de outubro de 1955 com 36% dos votos. O discurso que provavelmente o fez conseguir a maioria dos votos se baseou na “necessidade de avançar no rumo do desenvolvimento econômico com apoio do capital público e privado” (FAUSTO, 2002, p. 420). Poucos dias após a vitória de Juscelino e João Goulart (vice), o então presidente Café Filho sofreu um ataque cardíaco, fazendo-o abandonar o poder. Assumiu então, o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Daí em diante começou a se pensar no “golpe preventivo”, liderado pelo general Lott:

O principal personagem da ação ocorrida a 11 de novembro de 1955 foi o general Lott, que mobilizou tropas do Exército no Rio de Janeiro. As tropas ocuparam edifícios governamentais, estações de rádio e jornais. Os comandos do Exército se colocaram ao lado de Lott, enquanto os ministros da Marinha e da Aeronáutica denunciavam a ação como ‘ilegal e subversiva’. As forças do Exército cercaram as bases navais e da Aeronáutica, impedindo um confronto das Forças Armadas. Deposto da Presidência, Carlos Luz refugiou-se no cruzador *Tamandaré*, acompanhado de seus ministros e outras figuras políticas, entre elas Carlos Lacerda, tentando inutilmente organizar resistência (FAUSTO, 2002, p. 233, grifo do autor).

Os udenistas enxergavam em Juscelino, ou melhor, na aliança PSD-PTB a continuidade de Getúlio Vargas e por isso eram contra a chegada dele e de João Goulart na presidência. Café Filho e Carlos Luz não aceitavam a vitória de JK e

desejavam a todo custo impugnar a chegada deste à presidência. Para combater o risco de um golpe, o general Lott resolve intervir, enquanto Ministro de Guerra, e por isso órgãos públicos são ocupados pelo Exército, procurando impor a disciplina militar.

No lugar de Carlos Luz, assume de forma interina Nereu Ramos, presidente do Senado. Dias depois, os ministros militares e o Congresso aprovaram o estado de sítio por um mês, dilatado por mais trinta dias. Todas essas manobras foram planejadas e executadas, procurando manter a ordem e garantir a posse de Juscelino, no último dia do mês de janeiro do ano de 1956.

A posse de JK (e seu vice João Goulart) se consolidou em 31 de janeiro de 1956, ano de fundação Cooperativa de Eletricidade Rural Ltda, hoje conhecida como Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia. O cenário brasileiro era de uma democracia de massas e uma Constituição Liberal. O governo de JK, diferentemente dos últimos anos, apresentou um caráter estável politicamente, como afirma Fausto (2002, p. 422):

Em comparação com o governo Vargas e os meses que se seguiram ao suicídio do presidente, os anos JK podem ser considerados de estabilidade política. Mais do que isso, foram anos de otimismo, embalados por altos índices de crescimento econômico, pelo sonho realizado da construção de Brasília. Os 'cinquenta anos em cinco' da propaganda oficial repercutiram em amplas camadas da população.

O governo de Juscelino iniciou com duas palavras norteadoras: “desenvolvimento e ordem”. Esses eram os objetivos do governo JK, bem como das Forças Armadas. Juscelino procurou ter uma boa relação com as corporações militares, tanto que cargos de alta importância foram ocupados por militares, como na Petrobrás, por exemplo.

A aliança PSD-PTB também sugeria sucesso. O *getulismo* era o aspecto que unia ambos os partidos. Cada partido com suas divergências, mas, de alguma forma, e em alguns aspectos, tinham um pouco de Getúlio Vargas. O *getulismo* do PSD acolhia setores dominantes no campo, da burguesia comercial e industrial. Enquanto que o *getulismo* do PTB incluía a burocracia sindical.

Juscelino iniciou seu governo estabelecendo o Programa de Metas. O Plano reuniu 31 objetivos a serem alcançados ao longo de seu governo. Se não seriam

atingidos na sua totalidade, ao menos, parcialmente. O Programa de Metas abrangeu áreas que eram consideradas de primeira necessidade, como esclarece Bielschowsky (1995, p. 402):

Como se sabe, o Plano selecionou cinco áreas prioritárias, ou seja, energia, transportes, indústrias básicas, alimentação e educação, carreando, porém, a maior parte dos recursos financeiros para as três primeiras. Dividiu as cinco áreas em trinta 'metas' subsetoriais e identificou como meta prioritária adicional a construção de Brasília. Ainda que em muitas das metas o êxito tenha sido apenas parcial e que em várias outras tenha havido fracasso, o resultado global é tido por todos os estudiosos do período como impressionante.

A campanha de Juscelino Kubitschek foi pautada na promessa da industrialização do Brasil. As metas estabelecidas no Programa foram elaboradas a partir de estudos e diagnósticos feitos da realidade do país. A vitória de JK, desde o princípio, representava uma esperança ao povo brasileiro. O desenvolvimento a partir das Metas estabelecidas promovia investimentos que iriam beneficiar não apenas um setor, mas vários. Um exemplo é a mecanização da agricultura, para isso, era necessário produzir tratores e implementos. Ou seja, tudo estava interligado a partir de um prévio planejamento que mostrava o futuro do país nos próximos cinco anos, conforme Bielschowsky (1995, p. 401):

Na campanha presidencial de 1955, Juscelino Kubitschek anunciava que em seu governo faria cinquenta anos em cinco. Nos primeiros dias seu mandato instalou o Conselho de Desenvolvimento Econômico, que formulou e acompanhou a execução do maior instrumento de planejamento de toda a história do país: o Plano de Metas. Estava, em 1956, ultrapassada a situação de perplexidade e indefinição de rumos econômicos que acompanhou a crise política dos anos anteriores. A sociedade brasileira, ou, pelo menos, suas elites intelectuais, políticas e empresariais, parecia, de fato, aperceber-se da mudança, naquele momento em que a ideologia desenvolvimentista incorporava-se à retórica oficial do governo.

Juscelino Kubitschek simpatizava com o desenvolvimentismo, afinal, “os pressupostos do Programa de Metas mostram que, no governo JK, ocorreu uma definição nacional-desenvolvimentista de política econômica” (FAUSTO, 2002, p. 426). Anteriormente, já foi destacado que Getúlio Vargas durante o Estado Novo inaugurou o desenvolvimentismo. Eurico Gaspar Dutra em seu governo procurou diminuir as importações e Vargas, em seu segundo governo, muito mais. Essas atitudes tinham caráter nacionalista, pois a interferência estatal era constante nas áreas consideradas prioritárias (as mesmas que JK considerou no seu Plano de

Metas) e as demais áreas da economia ficavam sob responsabilidade da indústria privada. Já Juscelino Kubitschek, além de estimular a industrialização, mostrava-se aberto à entrada de capitais estrangeiros. Conforme Lopez (1987, p. 89), nos anos JK “as indústrias de bens duráveis e bens intermediários ganharam notável influxo sob o patrocínio do capital estrangeiro [...]”. Por isso que sua política econômica era definida como nacional-desenvolvimentista. Segundo Fausto (2002, p. 427):

A expressão nacional-desenvolvimentismo, em vez de nacionalismo, sintetiza pois uma política econômica que tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Sob esse aspecto, o governo JK prenunciou os rumos da política econômica realizada, em outro contexto, pelos governos militares após 1964.

Conforme já foi evidenciado anteriormente, o desenvolvimentismo é um projeto econômico que pretende a industrialização a partir do planejamento estatal (BIELSCHOWSKY, 1995). Nesse sentido, é fundamental termos clareza da política econômica defendida por JK. Para tanto, cabe aqui esclarecer as diferentes correntes desenvolvimentistas, apresentadas pelo economista Ricardo Bielschowsky em seu livro “Pensamento Econômico Brasileiro”: uma das correntes estaria ligada ao setor privado, em que haveria apoio estatal para a acumulação privada; a segunda corrente, no setor público, denominada “não nacionalista”, apoiava a intervenção estatal na industrialização, mas eram preferíveis saídas privadas; a terceira, e última, corrente apresentada por Bielschowsky também se refere ao setor público, denominada “nacionalista”, mas com a diferença de que o estado deveria necessariamente intervir em setores estratégicos da industrialização (mineração, energia, transporte, telecomunicações e algumas indústrias básicas). Bielschowsky (1995), assim, esclarece que havia variedade e complexidade nos projetos de desenvolvimento econômico defendidos no país, ao invés da simples bipolarização entre nacionalismo e liberalismo, defendida por Pesavento (1982, p. 121):

Em termos de desenvolvimento do processo capitalista do país, apresentavam-se duas principais tendências: aquela que pretendia a constituição de um capitalismo nacional, autônomo, com entrada cautelosa de capital estrangeiro, regulada pelo Estado, e aquela do ‘capitalismo associado’, que propugnava pelo fortalecimento da iniciativa privada, aceitando a associação com o capital estrangeiro.

Portanto, como já foi visto, Juscelino defendia o nacional-desenvolvimentismo. Não abria mão da intervenção do Estado na industrialização do país, entretanto, sugeria a participação do capital privado e estrangeiro.

De fato, desde a década de 1930, especialmente durante o Estado Novo, os governos brasileiros buscaram maneiras de diminuir as importações, entretanto, não houve sucesso, pois não havia planejamento, conforme explica Silva (2012, texto digital):

Para os analistas da época, o Brasil vinha passando, desde a década de 1930 por um processo de substituição de importações não-planejado, e a falta de planejamento seria a causa dos constantes desequilíbrios no balanço de pagamentos. O Plano de Metas pretendia suprir essa falta. A introdução de uma meta de consolidação da indústria automobilística no país tinha como objetivo, entre outras coisas, a redução planejada e gradativa da importação de veículos.

No governo de Juscelino Kubitschek, além de haver planejamento, havia o incentivo para a indústria automobilística, que cresceu consideravelmente entre 1955 e 1961. O Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) criado por Juscelino organizou a produção de automóveis e caminhões, a partir de capitais privados estrangeiros (FAUSTO, 2002). Multinacionais como a Willys Overland, Ford, Volkswagen e General Motors instalaram-se no ABC paulista.

Assim como em outros governos, o de Juscelino Kubitschek também apresentou seus fracassos e incertezas, como explica Lopez (1987, p. 90):

Equilibrando seu governo entre compromissos populistas, democracia liberal e desenvolvimentismo à base de capital estrangeiro, JK não teve como impor sacrifícios a nenhuma classe em particular a fim de conseguir os recursos necessários à montagem da infra-estrutura necessária à continuidade do processo industrial. Não podia sobretaxar o capital, não podia suprimir medidas populistas como transporte público subsidiado e construção de casas financiadas a juros negativos e não tinha como conseguir muitos empréstimos externos, dado o rompimento grandiloquente com o FMI. Desse modo, JK foi compelido a emitir papel-moeda numa quantidade tal que a inflação resultou lógica e inevitável.

O Plano de Metas, sem dúvida, gerou avanços gigantescos no Brasil, tanto que o PIB cresceu 7% ao ano entre 1957 e 1961, sem falar na construção de Brasília, que gerou um grande otimismo no povo brasileiro. Entretanto, os gastos que o governo JK teve ao colocar o Plano de Metas em prática, além da construção de Brasília, fizeram

com que os déficits do orçamento só aumentassem. Os produtos exportados pelo Brasil valiam cada vez menos que aqueles importados, desequilibrando o balanço de pagamentos que, no início de seu governo, esteve praticamente equilibrado, exibindo um déficit de 286 milhões de dólares em 1957.

Além do déficit, outro problema era a inflação. Os gastos com a construção da nova capital, o crédito concedido facilmente ao setor privado e o aumento dos salários do funcionalismo eram algumas das causas da inflação galopante:

O período iniciou-se com a elevação da taxa de inflação (24,4% em 1956 contra 12,4% em 1955), logrando-se, em 1957, contê-la no nível de 7%. Em 1958, porém, sobretudo a partir do segundo semestre, os preços começaram a disparar. Segundo o IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a inflação alcançou 24,3% e, nos três anos seguintes, 39,5%, 30,5% e 47,7%, respectivamente (BIELSCHOWSKY, 1995, p. 403).

Apesar dos problemas referentes ao déficit e à inflação, a palavra que norteava o governo de Juscelino era aprofundar o processo de industrialização, segundo Bielschowsky (1995, p. 406):

Aprofundar a industrialização, planejando-a, ampliando a infra-estrutura de bens e serviços básicos, garantindo as importações necessárias e evitando a interrupção do processo de desenvolvimento por políticas contracionistas, era, em resumo, a questão que norteava o pensamento econômico do período. O predomínio do desenvolvimentismo estendeu-se até 1961, período em que já aparecem, com importância crescente, duas áreas temáticas que tomariam, no início dos anos 60, um lugar de destaque na hierarquia das questões debatidas.

Os últimos instantes do governo de Juscelino Kubitschek foram de dificuldades, entre elas, o rompimento com o FMI, já no último ano de seu mandato. A intenção era fazer um empréstimo de 300 milhões de dólares, mas depois de quase um ano de indefinições, JK decide romper com o FMI, pois nacionalistas e comunistas já estavam acusando-o de vender a soberania do país aos banqueiros internacionais. Após a ruptura, Juscelino é fortemente apoiado, em especial pelos comunistas.

Assim terminam os anos de Juscelino Kubitschek na presidência. Para as eleições de 3 de outubro de 1960, os candidatos à presidência eram: Jânio Quadros (Partido Trabalhista Nacional – PTN), Ademar de Barros (PSP) e o general Henrique Lott (PSD e PTB). Jânio venceu com 48% dos votos, tendo como vice, João Goulart.

Vale lembrar que, ao final do governo de Juscelino, as lembranças positivas superam as negativas. Os anos JK mostraram ao povo brasileiro que o Brasil não precisaria, para sempre, ser um país subdesenvolvido, mas que era possível mudar, industrializar-se e modernizar-se. Em relação ao Rio Grande do Sul veremos que essa visão do governo de JK muda completamente.

A mudança do cenário, que se processou a nível nacional, ao longo do período analisado – passando de um panorama rural para um urbanizado e industrializado – sugeria à população uma vida moderna, aproximando-se do modo de vida norte-americano, conforme destacamos no início do capítulo. Tais transformações também ocorreram em nível estadual.

1.2 Contexto histórico do Rio Grande do Sul

O estado do Rio Grande do Sul ocupou por um longo período a posição característica de “servir” alimento para o centro do país. A economia gaúcha baseava-se na agropecuária. Mesmo havendo a exportação do que era produzido em solo gaúcho, apenas depois da Segunda Guerra Mundial se intensifica o comércio com a região central do Brasil. Isso se deve em grande parte à posição geográfica que o Rio Grande do Sul ocupa, sendo o estado localizado no extremo sul do país, encontrando dificuldades no transporte do que era produzido no estado no sentido de escoar a sua produção.

Para que o entendimento ao longo do capítulo se torne efetivo, é interessante que se recapitule, de forma breve, a economia sul-rio-grandense, desde a chegada dos primeiros imigrantes. Essa recapitulação irá facilitar a compreensão dos fatos que se sucedem nas décadas em questão.

Desde o início da imigração europeia para o Rio Grande do Sul, passaram-se três fases, de acordo com Moure (1996). Uma primeira onde se produzia apenas o essencial para a subsistência da família, e com isso se desenvolve um artesanato rural. Ou seja, no início da imigração, o artesanato voltava-se apenas àquilo que era necessário para a sobrevivência familiar. A segunda, quando aos poucos começa a se produzir pretendendo ter excedentes que pudessem ser trocados por outros produtos essenciais para os colonos. E, por fim, a terceira, onde surge uma agricultura

familiar especializada, seguida por um mercado consumidor de produtos coloniais cada vez mais crescente, não se restringindo apenas a Porto Alegre, mas abrangendo também o centro do país. Conforme Moure (1996, p. 96) “no século XX, a industrialização, com base na acumulação de recursos via comercial e a especialização agrícola [...] redimensionou as relações de mercado e de produção interna”.

A partir do momento em que se começa a vender produtos para o centro do país, a demanda aumenta e necessita que seja produzido mais e de forma mais rápida, o que acaba demonstrando, aos poucos, que o artesanato não supre mais as necessidades que supria antes, iniciando a exportação de farinhas, vinhos, fumo, banha e outros. Sobre isso, Moure afirma que:

[...] o artesanato estava fadado a morrer diante do desenvolvimento da agricultura comercial, cujos recursos monetários capacitavam o agricultor na aquisição de produtos necessários em troca de seu excedente comercializado. O binômio comércio-indústria foi responsável pela redução das capacidades de subsistência artesanal, face às limitações internas de expansão da produção deste. [...] algumas formas de artesanato levaram à indústria, em especial, as voltadas à exportação [...] (1996, p. 98).

Contudo, o artesanato comercial trouxe inúmeros benefícios e foi um dos fatores que deu origem à indústria de produção em escala maior; conforme Schmidt e Herrlein Jr. (2001, p. 4, grifo do autor), “essa atividade artesanal, exercida em *ampla escala* nas comunidades surgidas a partir das colônias de imigrantes europeus e descendentes, forneceu mão de obra especializada que favoreceu a formação de indústrias”.

De acordo com informações que se tem a partir de Silva R., Silva M. e Larrosa (2013), a primeira indústria rio-grandense surgiu na cidade de Rio Grande, no ano de 1873, mantendo atividades até 1960. O empreendimento, de ramo têxtil, iniciou de forma artesanal e ampliou-se de tal modo que chegou a contar com dois mil funcionários em seu auge. Além dessa, outras tantas surgiram no final do século XIX e início do XX:

A indústria gaúcha originou-se, fundamentalmente, dos imigrantes italianos e alemães. Logo após a Proclamação da República, em 1889, houve um primeiro surto industrial no RS, com a fundação de empresas como Neugebauer (1891), Gerdau (1901), Wallig (1904) e A. J. Renner (1912). Contudo, em função da força política dos agropecuaristas, esse surto industrial foi amortecido por um convênio tarifário do Brasil com os EUA,

apesar dos protestos da banca gaúcha na Constituinte de 1891, liderada por Castilhos. Por esse acordo, o Brasil reduziu em 25% as tarifas de importação de produtos industriais e agrícolas dos EUA, em troca de isenção para café, açúcar e couro não beneficiado (MÜLLER, 1998, p. 52 apud SOUZA, 2007, p. 10).

A indústria no Rio Grande do Sul, portanto, não é recente. Diante da União, o estado não representava nada além de um território de importância agropecuária.

Ao longo da década de 1930, o desenvolvimento do Rio Grande do Sul continuou sendo fundamentado na agropecuária, como já vinha acontecendo no período da República Velha. No entanto, a agropecuária sulina entrou em crise nesse período. No subtítulo anterior, observamos com clareza que os principais objetivos do governo central eram aprimorar a integração do mercado entre as regiões do Brasil e estimular a diversificação da produção. Apesar de serem esses os objetivos, “o governo da União via o Rio Grande do Sul como destinado a complementar a economia central em seu papel de fornecedor de gêneros de subsistência para o mercado consumidor nacional” (PESAVENTO, 1982, p. 106). Ou seja, para o estado nada mudara. A integração da economia acontecia, mas isso vinha carregado de dependência.

O charque ainda era o principal produto sul-rio-grandense. No entanto, o governo central começa a incentivar a fundação de frigoríficos de carne. Essa era uma iniciativa com fundamento nacionalista, buscando abolir os frigoríficos estrangeiros instalados no estado. Além disso, se faria uso de uma matéria prima local, o que constituiria uma “indústria natural”. Ou seja, os próprios criadores começam a beneficiar os seus rebanhos. Assim, funda-se, em 1934, um frigorífico nacional, denominado de Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes.

Além da pecuária, a agricultura também mantinha acentuada importância, muitas vezes mais que a pecuária. A produção de arroz, trigo, cebola, milho e frutas de sobremesa passou a ter cada vez mais importância, apesar do arroz sofrer uma queda nos preços na década de 1930.

O interventor federal do estado na época, Flores da Cunha, que em 1934 passa a ser governador, concedia empréstimos em momentos de crise. Especialmente às “indústrias naturais” que beneficiavam a matéria-prima produzida, como óleos

vegetais, banha, produtos têxteis, vinho, farinha de trigo, conservas de frutas, entre outros.

Mesmo com o governo central buscando integrar o Rio Grande do Sul ao mercado nacional, a classe dominante mostrou-se descontente; vejamos os motivos:

Embora pudesse haver concordância entre os governos federal e estadual quanto à necessidade de integração do Rio Grande do Sul no mercado nacional, parte da classe dominante local não aceitou as medidas centralizadoras postas em prática pelo executivo federal no pós-30. Na realidade, o atendimento aos problemas econômicos das regiões periféricas por parte do governo central tinha como contrapartida a submissão política das oligarquias regionais. Entretanto, parcela dos pecuaristas gaúchos tinha pretensão à hegemonia política do país ou desejava, no pior dos casos, resguardar a independência do poder da oligarquia regional frente ao Centro (PESAVENTO, 1982, p. 108).

Em suma, a década de 1930, no Rio Grande do Sul, quando se trata do setor econômico, ficou caracterizada pelo crescimento do sindicalismo cooperativista, de acordo com Pesavento (1982, p. 110):

No plano econômico, a década de 30 no Rio Grande do Sul foi marcada pelo desenvolvimento do sindicalismo cooperativista. A sindicalização foi incentivada pelo governo como uma forma eficaz de encaminhamento dos problemas econômicos e de mediatizar as relações entre as classes sociais e o Estado. Os produtores sindicalizados, em troca dos favores recebidos, prestavam apoio político ao governo. Tentava-se assim, dentro desta prática, eliminar qualquer manifestação política das classes dominantes no sentido do retorno às práticas oligárquicas. Para com as classes subalternas, a sindicalização objetivava também anular o seu potencial político mantendo-as submissas e controladas pelo governo.

Conforme destacamos no item anterior, ao lembrarmos o contexto brasileiro, foi com a implantação do Estado Novo, em 1937, que o governo federal passa a intervir de forma mais intensa na economia dos estados. O Brasil deixava de ser apenas um país agroexportador, para modernizar-se e industrializar-se. Nesse contexto, o Rio Grande do Sul novamente ficou como alternativa de fornecimento de alimento àquela população que trabalhava nas indústrias do centro do país:

Não obstante, a forma de articulação do RS com a economia nacional pouco se altera no período 1930-50, de modo que essa relação parece guardar certa estabilidade ao longo de toda primeira metade do século XX. As bases do crescimento econômico do RS consistiram na manutenção de seu papel de exportador agropecuário e agroindustrial para o mercado interno brasileiro, bem como na ampliação de seu mercado interno regional (SCHMIDT; HERRLEIN JR., 2001, p. 6).

Durante o Estado Novo (1937-1945), o estancieiro gaúcho continuava a criar tanto gado quanto fosse possível, no espaço de terra que tinha. A situação climática era, portanto, fator determinante, pois uma seca intensa, ou mesmo o frio poderiam comprometer o sucesso do rebanho (SOUZA, 2007).

O minifúndio que surgiu com a vinda dos imigrantes europeus também entrava em crise. Isso porque a maioria dos proprietários tinha um alto número de filhos e, com isso, o problema da escassez de terras. Em função disso, muitos filhos de colonos saíram do meio rural para trabalharem em indústrias. Situação que Pesavento (1982, p. 116) esclarece:

[...] o desenvolvimento industrial do estado não permitia a absorção de toda esta mão-de-obra nas fábricas. Desta forma, as vilas marginais de periferia das cidades passaram a abrigar todo este contingente populacional egresso do campo, que sobreviveria em um nível de subemprego.

Além de procurar empregos em fábricas e indústrias, a população que saiu do meio rural, geralmente, por falta de terras, migrou para outros estados, como Santa Catarina e Paraná, nos quais havia terras disponíveis para serem ocupadas e utilizadas, como esclarece Barden et al. (2002, p. 18):

[...] a partir de meados da década de 20, a economia gaúcha começa a apresentar um certo grau de estabilização, interrompendo a dinâmica de bons resultados, que se acumulara ao longo do período da República Velha (TORRES, 1983). Com isso, o processo de êxodo rural se acelerou. Porém, o desenvolvimento industrial do Estado não permitia a absorção de toda a mão-de-obra que ingressava no mercado de trabalho sem ter especialização nenhuma.

Essas foram dificuldades encontradas, tanto na agricultura, como na pecuária sul-rio-grandense com o advento da década de 1930, conforme defende Schmidt e Herrlein Jr. (2001, p. 7):

Nas duas décadas seguintes à Revolução de 1930, a pecuária tradicional voltou a apresentar dificuldades, mas manteve seu crescimento paulatino. O principal produto, o charque, ainda experimentava a fase derradeira de sua trajetória decadente. Na agricultura, há fortes indicações de que se iniciara um processo de esgotamento da produtividade na lavoura colonial, que, no entanto, como a pecuária, teve seus produtos fortemente valorizados no mercado nacional (Brum Torres, 1983). Seguramente, nesses 20 anos, devem ter se expandido as relações de assalariamento, em vista da expansão industrial, da urbanização, mas também em virtude da formação de um novo setor produtivo, a lavoura capitalista do trigo, que se tornaria, isoladamente, o principal setor da produção primária ao início dos anos 50.

Contudo, a economia do Rio Grande do Sul seguiu se expandindo ao longo do Estado Novo. A dificuldade de escoar a produção por meios rodoviários passou a ser diminuída, principalmente após a criação do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (DAER), em 1938 pelo governo central (PESAVENTO, 1982). A integração do mercado é facilitada por meio do desenvolvimento do sistema rodoviário no estado. Vejamos a evolução das rodovias pavimentadas:

No final dos anos de 1930 as rodovias gaúchas eram muito precárias. Em 1938 foi criado o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, iniciando a pavimentação das primeiras rodovias. Em 1940, foi pavimentada a rodovia São Leopoldo/Caxias do Sul, prolongando a via já pavimentada desde Porto Alegre (SOUZA, 2007, p. 11-12).

Além da problemática de transportes que, aos poucos, é sanada, observa-se também a carência que se tem no setor da energia elétrica. A insuficiência de energia elétrica também atrasa o Rio Grande do Sul em termos tecnológicos e de modernização na indústria, como afirma Souza (2007, p. 11-12):

A insuficiência de energia elétrica não era menos grave, embora a potência instalada no RS tenha crescido 63% entre 1930/1940. Durante a 2ª Guerra o problema agravou-se pela impossibilidade de importar equipamentos. Com a criação da Comissão Estadual de Energia Elétrica e do Plano de Eletrificação do RS, em 1940, passou-se a usar mais intensamente o carvão gaúcho, também utilizado pela Viação Férrea e exportado.

Politicamente, o Estado Novo trouxe uma série de ajustes, um deles, extinguir o esquema político anterior, terminar com os regionalismos e fazer com que o poder se centralizasse. Nesse sentido, símbolos, hinos, bandeiras e partidos estaduais foram extintos. Os tributos também foram absorvidos pelo poder federal, tirando a autonomia dos municípios e estados.

Os estados eram governados por interventores, que eram nomeados pelo poder central. Flores da Cunha, então governador do Rio Grande do Sul, foge para o Uruguai, onde permanece exilado até 1943 e, quando retorna ao Brasil, é preso. Do país vizinho, Flores da Cunha planeja maneiras de efetuar o golpe contra o regime imposto por Vargas, mas é neutralizado pelo embaixador brasileiro. Com a saída de Flores da Cunha, Vargas nomeia como interventor Daltro Filho, que falece em 1938. Depois quem assume é Cordeiro de Farias, que não tinha nenhuma ligação com a política anterior ao Estado Novo.

Durante o período que Cordeiro de Farias foi interventor do estado, uma das maiores concretizações foi a campanha da “brasilianização”, como explica Pesavento (1982, p. 118):

Dentre as realizações de Cordeiro de Farias como interventor do Rio Grande, destacam-se aquelas relacionadas com a educação. O secretário de educação J. P. Coelho de Souza ampliou os quadros do magistério e a rede de escolas do estado. Além disso, procedeu-se à campanha da ‘brasilianização’, que atuou fundamentalmente sobre a área da colonização alemã, onde sobreviviam comunidades étnicas isoladas, falando ainda o idioma alemão e tendo uma variada imprensa na mesma língua. A atuação do governo foi no sentido de proibir o ensino de idioma nas escolas, assim como impedir que jornais, anúncios de lojas e lápides de túmulos tivessem inscrições em alemão. Ao mesmo tempo em que foram criadas várias escolas para a zona ‘nacionalizaram-se’ os estabelecimentos particulares.

Todas essas iniciativas carregavam, fortemente, a ideologia nacionalista, defendida pelo Estado Novo. A “brasilianização” atingiu seu auge quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, momento em que passou a combater o nazismo, inclusive fazendo uso de força e violência com colonos alemães. Cordeiro de Farias, interventor do estado, viaja para Itália, juntamente com a FEB, para participar da Guerra. Vargas nomeia como interventor Ernesto Dornelles, que assume quando inicia o processo de redemocratização do Brasil.

Os principais nomes da redemocratização eram: Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e Raul Pilla. Essas forças anti-Vargas engajaram-se com a União Democrática Nacional (UDN), que defendia o “liberalismo democrático”. O Partido Liberal (PL) tornava-se um partido nacional, uma vez que não eram mais permitidos partidos estaduais. Além dos partidos já citados, formou-se no estado também o Partido Social Democrático (PSD), que representava a continuidade dos políticos tradicionais e conservadores. Além desses, outros partidos como Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido de Representação Popular (PRP) fizeram parte do processo de redemocratização.

Com a renúncia de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo, assume o poder federal o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, como já destacado anteriormente. E no poder estadual, Ernesto Dornelles é substituído pelo desembargador Samuel Silva.

O período populista no Rio Grande do Sul inicia com a nomeação de Cylon Rosa como interventor federal no estado, por parte do presidente Eurico Gaspar Dutra. Rosa permaneceu no cargo até 1947, quando foram realizadas as eleições para governado do estado.

Em nível nacional, o período populista significava o avanço do “padrão de acumulação capitalista baseado na indústria” (PESAVENTO, 1982, p. 121), que já se iniciara a partir de 1930. O desenvolvimento da economia se daria através do processo de industrialização, sem olvidar da agroexportação. E o poder central teve o papel de intervir cada vez de forma mais intensa no setor econômico.

No Rio Grande do Sul, a agropecuária, que era o principal setor da economia, continuava apresentando crise. As charqueadas, como destacado anteriormente, passaram a transformar-se em cooperativas, desde os anos 1930. E, ao longo dos anos 1950, engendraram para o rumo da frigorificação. Surgiram frigoríficos de capital nacional, como também de capital estrangeiro. Os primeiros nunca conseguiram alcançar o nível de qualidade atingido pelos últimos. Enquanto que na agricultura as lavouras de arroz continuaram se desenvolvendo, juntamente com as de trigo, conforme elucida Souza (2007, p. 12):

Por essa época, também se expandiu a produção de trigo e de arroz, a criação de ovinos e a atividade industrial. Entre 1909/58, o produto real da indústria do RS cresceu 13,1 vezes, contra 24,9 vezes para o total do país (Singer, 1968, p. 179). Preços agrícolas em alta estimularam a economia gaúcha, apesar das dificuldades dos transportes. A maior parte das exportações destinava-se à Inglaterra, Argentina e Uruguai e a pauta exportadora constituía-se de carnes, couros e arroz.

A lavoura nas regiões coloniais sempre se caracterizou como sendo de baixo nível técnico. Primeiro porque o montante produzido não era tanto, a fim de suprir a compra de máquinas. O maquinário era de um valor muito elevado e com isso ainda se via um complicador em relação à energia elétrica, que era, em muitos casos, necessária para operar as máquinas e, ao mesmo tempo, ineficiente ou mesmo, inexistente em muitos casos. Em segundo lugar, esbarrou-se em um esgotamento do solo.

No setor da indústria, mesmo com o fim do Estado Novo, o Rio Grande do Sul continuava com empresas, principalmente, do ramo da transformação (simples) de produtos agropecuários, conforme exemplificação de Pesavento (1982, p. 125):

Arroz descascado, moagem de trigo, vinho, banha, conservas de frutas, e doces eram os elementos mais representativos na área da alimentação, excetuando-se a sofisticada linha de produtos frigoríficos, monopolizada pelas empresas estrangeiras. O Rio Grande ainda se destacava no ramo têxtil, de calçados, fumo e produtos químicos simples, além de contar com a expressiva produção metalúrgica da Eberle.

Os produtos gaúchos sempre enfrentaram problemas de colocação no mercado nacional. Ou por concorrência com os do centro do país, que na maioria das vezes os produtos gaúchos perdiam, pois a produção não era altamente mecanizada, exigindo mais mão de obra braçal e, conseqüentemente, encarecendo o produto; ou por superprodução, no caso da lã e do vinho. Vejamos o que Barden et al. (2002, p. 18) escreve em relação a isso e também referente ao esgotamento do solo, destacado nas linhas anteriores:

[...] o intenso uso do solo, sem métodos de conservação e através de sistemas inadequados de cultivo, provocava o seu esgotamento. Aliado a isso, a competitividade em condições pouco vantajosas dos produtos agrícolas gaúchos com os do centro do país acentuava a crise no minifúndio colonial, tanto no setor agrícola como no pecuário, obtendo-se, assim, uma baixa remuneração do trabalho.

Em suma, os problemas encontrados pelo estado do Rio Grande do Sul eram, segundo Pesavento (1982, p. 126): “a) industrialização; b) êxodo rural; c) transportes e energia”. Todos esses aspectos já foram evidenciados e explicados anteriormente. Salienta-se que, um dos problemas estava relacionado à energia, o foco principal deste trabalho. Aspecto que será trabalhado com mais ênfase na sequência.

Os governos de Walter Jobin (1947-1951) e Ildo Menghetti (1955-1959 e 1963-1964), ambos do PSD, defendiam a industrialização e fizeram dela uma meta em seus governos. No entanto, defendiam uma indústria voltada à transformação da matéria-prima produzida no Rio Grande do Sul, o que indicava uma forte ligação com o ruralismo. O PL, representando o setor rural, via na agropecuária o desenvolvimento do estado. E o PTB, que teve como governadores Ernesto Dornelles (1951-1955) e Leonel Brizola (1959-1963), ambos eram a favor da industrialização e da criação de um pólo industrial no Rio Grande do Sul.

O PSD, no governo de Jobin e o PTB nos governos de Dornelles e Vargas, reconheceram a problemática que existia no setor da energia elétrica e como isso

comprometia a iminente industrialização do estado. Nesse sentido, ambos buscaram soluções:

A eletrificação do estado foi uma meta perseguida tanto pelo governo de Jobin (PSD) quanto pelo de Dornelles (PTB). A preocupação com relação à energia continuou no governo de Brizola (PTB), mas já com um cunho marcadamente anti-imperialista. Em 1947, fora criada a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE) para corrigir as falhas do atendimento prestado pelas companhias estrangeiras que operavam no estado. A instalação da CEEE elevou a capacidade geradora do Rio Grande e reduziu a ação das companhias estrangeiras (PESAVENTO, 1982, p. 128).

Além dos problemas relacionados ao setor energético, havia também, como já foi visto anteriormente, a problemática do transporte. O estado do Rio Grande do Sul estava isolado, localizado ao extremo sul do país e o transporte era feito, na maioria das vezes, por navegação de cabotagem. Em partes, isso era bom, pois, como pouco era vendido para o centro do país, pouco era importado, fazendo com que a população não tivesse escolhas. A solução era comprar o que era produzido no estado. Entretanto, no avanço dos anos 1950, com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, efetuou-se a construção de rodovias que interligassem os estados, como explica Pesavento (1982, p. 129):

No tocante a transportes, toda a produção gaúcha se fazia ainda preferencialmente pela navegação de cabotagem. Ao longo da década de 50, foi impulsionado no estado o sistema rodoviário. Foram construídas várias estradas de rodagem, assim como foi inaugurada a rodovia BR-116. Igualmente, a criação, em 1947, do Departamento Autônomo de Carvão Mineral, possibilitou a sua extração em maior escala no estado, objetivando a obtenção de combustível para a Viação Férrea. O DAER. Criado em 1938, em colaboração com a Secretaria de Obras Públicas, construiu, no governo de Meneghetti, a ponte sobre o rio Guaíba. No governo Brizola, foi iniciada a construção da Estrada da Produção (atual BR 386), que fez escoar até a capital os produtos da região do Alto Uruguai. Aos poucos, o esquema rodoviário suplantou a navegação de cabotagem para atender às necessidades de transporte da produção gaúcha.

Ainda em relação ao sistema rodoviário, esclarece Souza (2007, p. 12):

A integração do mercado nacional, proporcionada, sobretudo, pelo asfaltamento da BR-116, ligando o Sul ao Centro do País, reduziu os custos de transporte e beneficiou empresas mais competitivas localizadas em São Paulo. Assim, o PIBind RS/PIBind BR caiu de 8,7% em 1939, para 7,6% em 1956 e 5,7% em 1969; o PIB industrial do RS, com ótimo desempenho entre 1949/53 (9,5% ao ano), cresceu apenas 1,7% ao ano, em média, entre 1956/60 (<http://www.ipeadata.gov.br>); como se observa o Plano de Metas, que não efetuou nenhum investimento no RS, não favoreceu a economia gaúcha.

Observou-se uma certa indefinição, durante o período populista, quanto à tendência de desenvolvimento econômico que seria adotada. Oscilou-se entre o nacionalismo desenvolvimentista e o capitalismo associado. No entanto, com a chegada de Juscelino Kubitschek à presidência, adotou-se, de fato, o nacionalismo desenvolvimentista, como forma de desenvolvimento econômico. Através do Plano de Metas, JK impulsionou a industrialização do Brasil, dando abertura ao capital estrangeiro.

Durante os anos JK a economia brasileira sofre mudanças gritantes e a economia gaúcha vê-se obrigada a acompanhá-las, conforme esclarece Lagemann (1996, p. 116):

O próximo movimento de ajuste ocorre com a oligopolização da indústria ao nível nacional, a partir da década de 50, sob o comando do centro-sul, principalmente São Paulo. A quebra do relativo isolamento, na medida em que os meios de comunicação e os transportes evoluem e se expandem, abre o mercado regional aos produtos advindos do centro industrial brasileiro. À indústria rio-grandense, ainda voltada e adequada, em regra, ao mercado regional, sobram duas alternativas: tornar-se também nacional e, logo após, internacional ou admitir a perda de seu mercado, sinônimo de falência. A reorientação é dolorosa, um grande número de empresas sucumbe. Outras, no entanto, conseguem a adequação ou já se instalam dentro das novas exigências. Ocorre uma alteração na estrutura industrial ao nível nacional, alteração essa acompanhada pela indústria gaúcha. O predomínio dos ramos industriais apoiados na utilização de matérias-primas locais diminui continuamente. Assiste-se ao aparecimento de segmentos novos com empresas adaptadas à nova realidade. Os ramos não dependentes do setor primário, como a mecânica, transportes, metalurgia e materiais elétricos experimentam um crescimento acelerado. Acompanha o RS, assim, ainda que de maneira bem menos acentuada, o fenômeno geral de industrialização que caracteriza o desenvolvimento brasileiro a partir da década de 50.

No Brasil, os anos JK promoveram um desenvolvimento extraordinário para a época, investindo em transportes, energia, indústrias e educação. Entretanto, em nível regional, o governo de Juscelino representou a instalação de uma nova crise, mostrando quais eram os limites da economia gaúcha, como explica Schmidt e Herrlein Jr. (2001, p. 9):

A chegada dos anos 50 explicitou os limites do padrão regional de acumulação. Eles se manifestaram na forma de uma crise econômica regional, com múltiplos determinantes. Trata-se de uma crise especificamente regional, porque nessa década a economia brasileira realizou um 'grande salto' com o Plano de Metas (1955-59), assinalando os resultados práticos da ação de um *Estado desenvolvimentista* sob o governo de Juscelino Kubitschek. A instalação dos novos setores industriais assinalou uma nova fase da industrialização brasileira (Tavares, 1998; Cardoso de Mello, 1982), regionalmente concentrada no sudeste (Castro, 1971) (grifo do autor).

Em números, é possível observar a queda de crescimento na economia e na indústria gaúcha. A diferença que se apresenta da primeira metade da década de 1950 para a segunda merece reflexões:

A economia gaúcha cresceu 9,5% a.a entre 1950/55 e apenas 1,9% a.a entre 1956/60 (a indústria cresceu 5,2% e 2,2%, respectivamente). Neste último período, o setor primário caiu 0,4% ao ano, devido, sobretudo, ao controle de preços de alimentos para conter a inflação, em alta no período. As dificuldades da indústria se deviam à falta de energia, precariedade dos transportes, falta de indústrias de base (aço, cimento, derivados de petróleo), pequena escala e escassez de capital, acarretando custos médios mais altos e baixa competitividade. Apesar disso, a produção de bens de consumo intermediário pela indústria subiu de 22,8% do total em 1949, para 26,3% em 1965; a participação da produção de bens de capital no conjunto passou de 3,9% em 1959, para 6,2% em 1965 (MÜLLER, 1998, p. 174 apud SOUZA, 2007, p. 12).

O Brasil tornou-se, em vários aspectos, novamente dependente com JK, pois se necessitava de capital e tecnologia para continuar crescendo, e isso requeria capital estrangeiro. De acordo com Lopez (1987, p. 90):

Durante a era JK, o capital estrangeiro, embora não adquirisse a posição absoluta em nossa economia, que depois adquiriu, certamente veio a ser qualitativamente importante, visto que entrou como um fator de modernização em setores estratégicos - e veio a ser responsável pela crescente diferença de progresso e renda entre o SUDESTE/SUL e o resto do país.

Portanto, o governo JK foi positivo para o Brasil em vários aspectos, porém, para o Rio Grande do Sul resultou em uma nova e grave crise. Fazendo com que aumentasse ainda mais a disparidade que existia entre a região Sudeste e Sul.

Uma das razões da crise é a interligação do mercado através do sistema rodoviário, como já destacado acima. Isso é consequência do Plano de Metas de Juscelino, que sugeria a integração do mercado nacional. Com isso, desenvolveu-se a concorrência com mercados do centro do país, que tinham vantagens na produtividade, com os quais o Rio Grande do Sul não conseguia competir.

Após Juscelino, quem assume a presidência é João Goulart, conforme foi salientado anteriormente. No estado, assume o governo Leonel de Moura Brizola. Diante das dificuldades citadas acima, era chegada a hora de procurar novas soluções:

A percepção da crise afetou os agentes econômicos regionais, os governos estaduais e também a opinião pública. O governo de Leonel Brizola (1959-63), apesar de deter poucos instrumentos de intervenção econômica, empreendeu uma contundente reação política ao quadro de crise estadual e à exclusão do estado do bloco de investimentos do Plano de Metas. Sua assessoria econômica produziu argumentos que, a despeito de sua incorreção, favoreceram uma série de conquistas junto ao governo federal (Jânio Quadros) em reunião de cúpula da presidência e dos governadores da região sul, realizada em Florianópolis em 1961. Tais conquistas (implantação de refinaria de petróleo, da siderurgia de aços finos, entre outras) conjugaram-se a ação do governo do estado no sentido de encampar os serviços de telefonia e a geração e distribuição de energia elétrica, trazendo repercussões que se fariam sentir somente a partir do final dos anos 1960 (SCHMIDT; HERRLEIN JR., 2001, p. 10-11).

A partir da década de 1960, quando Brizola assume o governo do estado, inaugura-se uma nova economia gaúcha, priorizando novos setores, especialmente, a indústria pesada:

Enquanto o modelo brasileiro de substituição de importações esgotava-se no início dos anos de 1960, o governador Leonel Brizola procurava eliminar os pontos de estrangulamentos da economia regional. Ele criou a Caixa Econômica Estadual, a Companhia Riograndense de Comunicações e a Aços Finos Piratini; promoveu a construção da 'Estrada da Produção' (atual BR 386), a criação do BRDE e a instalação de uma Refinaria da Petrobras e procurou atrair as indústrias de tratores, material elétrico pesado, fertilizantes e máquinas agrícolas. Entre 1958/61 aumentou o número de matrículas em escolas estaduais pré-fabricadas (as chamadas Brizoletas) de 281 mil para 461 mil e o número de professores de 8,8 mil para 24,8 mil (MÜLLER, 1998, p. 193 apud SOUZA, 2007, p. 12).

Distinto dos modelos de acumulação de capital, praticados até 1950, a década de 1960 inaugura um novo jeito e uma nova maneira. A partir dos anos 60, o novo regime de crescimento econômico passou a ser liderado pela indústria de bens duráveis, diferentemente da década anterior, onde se investia, prioritariamente, nas indústrias de alimentação e têxteis (não-duráveis). Contudo, o Rio Grande do Sul continuou contando com um alto índice de indústrias de bens não-duráveis, agora com integração, de fato, com o mercado nacional, com a indústria pesada.

O governo de Leonel Brizola, além da preocupação que demonstrou com o setor econômico, igualmente, preocupou-se com o setor elétrico. Segundo Schmidt e Herrlein Jr. (2001, p. 13), "paralelamente, a reorganização dos setores elétrico e de telefonia sob o comando do Estado Regional (CEEE, CRT) parece ter sido suficiente para garantir as condições de expansão da (nova) economia gaúcha". Portanto, para a inovação que se deu na economia, era fundamental que se pensasse em estratégias

relacionadas à energia elétrica, setor essencial na indústria que passou a se moldar a partir da metade da década de 1960. No segundo capítulo, veremos como a CEEE interferiu na geração de energia elétrica na Vila de Teutônia, cuja conjuntura política e econômica nacional e estadual também se desdobrava na região do Vale do Taquari.

1.3 Contexto histórico do Vale do Taquari

O Vale do Taquari apresentava uma economia baseada na agropecuária e, posteriormente, na formação de pequenas indústrias. De um modo geral, o desenvolvimento do Vale não se distingue do desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Entretanto, percebe-se ao longo das leituras, que o regional foi mais lento, se comparado ao da região de Porto Alegre e arredores. Indústrias de maior representação, obviamente, sempre estiveram concentradas em centros urbanos maiores, contudo, não se pode dizer que no Vale do Taquari não existiram indústrias. Seguramente, foram de menor porte e de acordo com o estágio de evolução da região. Porém, tiveram a sua fundamental importância no período em análise. Novamente, vale lembrar que a região do Vale manteve, sempre, uma economia baseada intensamente na pequena propriedade rural.

Antes de iniciar a abordagem específica do Vale do Taquari, cabe aqui ressaltar que as fontes bibliográficas são escassas. A caracterização do contexto histórico do Vale, que aqui segue, consolidou-se a partir de pesquisas garimpadas, isto é, basicamente, em artigos publicados na Revista Estudo & Debate, como “A economia política do Vale do Taquari: uma análise da dinâmica do processo de desenvolvimento regional” (BECKER, 2003); “A economia do RS no período entre 1920 e 1940: uma análise da região do Vale do Taquari” (BARDEN et al., 2002); “Características da pequena propriedade rural: uma visão histórica” de (AHLERT, 1998), entre outros. No próximo capítulo, verifica-se como a história oral pode contribuir nesse sentido, pois através dela será possível delinear o avanço do setor energético, especificamente, na Vila de Teutônia.

A região do Vale do Taquari, assim como todo o estado do Rio Grande do Sul, recebeu a partir de meados do século XIX imigrantes vindos de uma Europa que

passava por transformações e crises capitalistas. Nesse momento, o estado apresenta atividade fundiária dupla, pois ao sul, concentravam-se as charqueadas e a pecuária extensiva; ao norte, a pequena propriedade, característica do colono vindo da Europa.

A presença do imigrante altera o desenvolvimento do estado e, conseqüentemente, do Vale do Taquari. Além de trazer produtos propriamente europeus, ocorreu também a introdução de diferentes técnicas agrícolas. Barden et al. (2002, p. 14), esclarece:

Considerando que muitos colonos que imigraram para a região eram artesãos e mestres em diversos ofícios na sua terra natal, estabeleceu-se uma capacidade de diversificação das atividades econômicas no local. Na busca da ampliação do mercado, desenvolveu-se o transporte fluvial, integrando o comércio do Vale do Taquari com a capital, abrindo perspectivas para o surgimento de novas companhias de navegação.

Os primeiros colonos chegaram ao Rio Grande do Sul, ou melhor, a São Leopoldo, como sabemos, em 1824; no entanto, no Vale do Taquari, os primeiros chegam em 1850:

O novo sistema assim implantado, no entanto, chega ao Vale do Taquari somente a partir de 1850, quando se estabelece na região um expressivo setor de negócios imobiliários privados, mediante a transferência de terras dos antigos proprietários para empreendedores, que organizavam o loteamento e a venda das terras para os colonos, sob a supervisão dos governos provinciais (BARDEN et al., 2002, p. 11).

A fixação de imigrantes no Rio Grande do Sul foi uma política do governo federal, como forma de produção de alimento nas colônias, que seria consumido internamente. Inicialmente, as propriedades rurais produziam apenas para o seu próprio sustento, processo que é chamado de produção de subsistência, conforme elucida Ahlert (1998, p. 18):

A produção não tinha conotação econômica, pois o seu objetivo básico era o auto-sustento da família que trabalhava na propriedade, era determinada pela oferta de fatores naturais e pelo volume de braços da família e a tecnologia de produção era transmitida de pai para filho, sem apresentar inovações significativas.

Sobretudo, Becker (2003, p. 108) esclarece as fases atravessadas pelas propriedades rurais, passando da produção de subsistência para a de excedentes e, posteriormente, a especialização em determinado produto:

As colônias, de uma maneira geral, tiveram uma mesma trajetória. Iniciaram pelo acesso à terra, desbravamento das matas e a cultura de subsistência. Numa segunda fase de expansão, cresceu o excedente da produção dirigido ao mercado, acentuando-se a orientação comercial da pequena propriedade para o mercado local e regional. Na terceira fase, a pequena propriedade especializou-se em algum produto voltado basicamente para outros mercados, fora do Rio Grande do Sul. Exemplos disso são a banha, o fumo e o vinho.

A acumulação de capital que resultou das transações comerciais estabelecidas a partir da produção de excedentes foi revertida no desenvolvimento da indústria. Nem todas as indústrias da região surgem a partir da atividade artesanal, porém, é ela que abastece a futura indústria com mão de obra especializada. Indústrias começam a surgir e obtêm sucesso, pois organizam a sua produção de acordo com a matéria-prima disponível e, portanto, produzida na região:

A progressiva abertura do mercado para o comércio dos excedentes fez as colônias prosperarem, possibilitando a diversificação de profissões como: ferreiros, carpinteiros, tecelões, operários de indústria e sapateiros, enquanto que a legislação provincial, que estabelecia as condições para a criação e desenvolvimento dos centros urbanos, contribuiu para a formação de vilas e cidades em torno das quais se desenvolvia uma vida política e administrativa (BARDEN et al., 2002, p. 14).

Portanto, é a agricultura que favorece a formação dos primeiros núcleos urbanos e isso é fruto de uma produção que, de subsistência, passa para uma produção de excedentes e, depois, para a produção especializada num item para comercialização. Isso não significa que as colônias produzissem apenas um produto em suas terras, porém, a comercialização era baseada apenas em um produto, no qual se especializavam. Os demais eram produzidos para consumo próprio, dentro da propriedade. A respeito da evolução observada em relação à produção artesanal, até a chegada das indústrias, Becker (2003, p. 109) diz o seguinte:

[...] as possibilidades de agregação de valor aos produtos agrícolas de parte do produtor rural foram uma a uma sendo transferidas para o meio urbano. Assim, a indústria artesanal rural transformou-se, paulatinamente, na manufatura e, mais tarde, na grande indústria urbana de matérias-primas agrícolas. Passou o artesanato rural à manufatura urbana. Depois, da

manufatura à grande indústria. Ou melhor, da indústria rural à manufatura agroindustrial. Mais tarde, da manufatura à grande agroindústria urbana.

Além da divisão e diversificação do trabalho, o produtor rural, igualmente, sofreu alterações no modo de produção, à medida que a indústria tomava forma, bem como a integração dos mercados:

[...] os produtores rurais também experimentaram profundas e intensas transformações, passando de produtor de alimentos a produtor de matérias-primas. Foi assim com a produção de suínos, de produtor de banha a produtor cooperado de porco-carne. De produto de fumo em corda, ou charuto, artesanalmente, a produtor de fumo em folha para a grande fumageira multinacional. De produto de galinhas vendidas diretamente aos consumidores, sem nenhuma transformação, a produtor de frango de corte integrado a grande indústria avícola. De produtor de queijo e manteiga a entregador de leite a grande indústria de laticínios, transnacionalizada (BECKER, 2003, p. 110).

Mesmo quando a imigração de colonos diminui, no início do século XX, a taxa de natalidade no Vale do Taquari é alta. De acordo com Roche apud Barden et al. (2002, p. 17) “a população da região do Taquari, essencialmente rural, tinha elevada densidade (33,5 pessoas/km²), a mesma que a das regiões do Rio dos Sinos e Caí, que possuía importantes centros urbanos, se sustentando com os recursos oriundos da agricultura”. Apenas para ilustrar o período que está sendo discutido, fica interessante observar o número de habitantes do Vale do Taquari e do estado que, segundo o IBGE apud Barden et al. (2002), em 1920 era de 58.297 e 1.228.527, respectivamente; e, em 1940 era de 80.518 e 1.897.073.

Durante o período da República Velha, enquanto o Brasil enfrentava dificuldades, a economia do Rio Grande do Sul e, também a do Vale do Taquari, mostravam-se positivas, baseadas na agropecuária. Entretanto, chega-se a um momento de crise, onde o solo perde a fertilidade em função da prática da “roçada-queimada-plantação” e, também pela prática da rotação de terras e não da rotação de culturas. Como consequência da crise, destaca-se o que já foi colocado no subtítulo anterior, a migração para outros estados. As famílias eram numerosas e, no início da colonização, isso era necessário para se ter mão de obra suficiente; contudo, com a crise revelada pelo esgotamento do solo, isso se tornou um problema, conforme explica Becker (2003, p. 108):

A consequência da alta taxa de natalidade foi, num primeiro momento, a participação da pequena propriedade na 'minifundização'. No momento imediatamente posterior, ocorreu o que ficou conhecido na literatura como 'enxamegem'. Ou seja, o excedente populacional gerado nas regiões de colonização antigas migravam para outras regiões do Rio Grande do Sul e, mais tarde, para Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, mais recentemente para Rondônia e até para o Paraguai (os brasiguaios).

Dessa forma, na década de 1920, a economia do Rio Grande do Sul encontrava-se estabilizada. Um alto número de famílias migra para outros estados e países. Além disso, é nesse momento que surgem as periferias das cidades, pois muitas famílias buscavam empregos nas indústrias, porém, o desenvolvimento industrial da época não comportava o número elevado de mão de obra oferecida. Esse processo, denominado de êxodo rural, acaba culminando no fenômeno da urbanização. Elemento esse que causou impactos na divisão do trabalho, que passou a ser mais complexa, pois passaram a existir o produtor rural, o transportador e o comerciante, assim como explica Becker (2003, p. 109):

[...] entre o produtor rural e o consumidor urbano, surgiu um novo agente econômico, interpolando os negócios. Um agente em constante transformação de transportador a comerciante, depois de comerciante a banqueiro, de comerciante a manufatureiro e, mais tarde, de manufatureiro a industrial.

No Vale do Taquari prevaleceu por um tempo considerável o modelo artesanal de produção, incluindo a fabricação de farinha, cerveja, vinho e banha. E, para isso, na maioria das vezes, a mão de obra incluía familiares e vizinhos no beneficiamento do que era produzido nas propriedades rurais:

[...] é possível delinear o tipo específico de indústria que caracterizava o Rio Grande do Sul no período em análise: a do beneficiamento de produtos oriundos da agropecuária colonial ou da pecuária tradicional. Esta característica se acentua na região do Vale do Taquari, em que predominaram as chamadas 'indústrias naturais', ou seja, aquelas que utilizavam matéria-prima local, vivendo em situação que se completava com o setor agrário (BARDEN et al., 2002, p. 19).

A economia do Vale do Taquari baseou-se entre 1920 e 1940 na produção leiteira, a qual estava no topo, seguida da produção de aves, suínos, manteiga, milho, bovinos, incluindo também, em menores proporções, a mandioca, queijo, feijão, trigo, nata, batata-inglesa, farinha de mandioca, arroz e o fumo (BARDEN et al., 2002). O

Vale caracterizou-se como um dos principais abastecedores de leite do Rio Grande do Sul.

No Vale do Taquari, diferentemente de outras regiões do estado, onde havia latifúndios, a introdução da tecnologia acontece de modo variado. A mecanização agrícola do latifúndio inclui o uso de tratores, enquanto que no Vale, onde a produção era voltada para a produção de matérias-primas, o implemento agrícola utilizado era o arado (tração animal). Segundo o IBGE apud Barden et al. (2002), em 1920 havia 5.532 arados no Vale e apenas 88 tratores. Na década de 1940, eram 17.132 arados para 27 tratores. Ou seja, pode-se dizer que até a metade do século XX a introdução da tecnologia na propriedade rural no Vale do Taquari era praticamente inexistente, baseado seu trabalho no uso da tração animal.

Na sequência, serão destacadas as principais indústrias que sustentaram a economia do Vale do Taquari na primeira metade do século XX. Conforme foi visto, a propriedade rural foi o setor chave da economia do Vale, desde a imigração europeia. A produção leiteira desenvolvida na região foi, a partir da década de 1920, uma das mais importantes do estado. Durante o período de 1920 a 1950, os municípios de Encantado, Taquari, Estrela e Lajeado eram aqueles que se destacavam na produção leiteira. Encantado destacava-se, principalmente, na produção do queijo, tradição trazida pelos colonizadores italianos. Taquari, a partir de 1940, diminuiu consideravelmente sua produção, passando a ser o de menor expressão. Estrela manteve sua produção, inclusive aumentando-a, chegando a ser o município com mais estabelecimentos voltados ao leite, com produção significativa de nata e manteiga, a qual reduziu ao longo dos anos 1930. Lajeado destacou-se a partir dos anos 1940 na produção da manteiga, passando a liderar o ramo no Vale, deixando Estrela em segundo lugar.

Enquanto que a produção era voltada para a subsistência, o leite era beneficiado dentro da própria propriedade, onde era feito o queijo, a nata, ou mesmo a manteiga. A partir do momento que começa a produção de excedentes, o leite é vendido para indústrias de laticínios, conforme Barden et al. (2002, p. 49):

Junto com o incremento da produção intensifica-se a instalação de laticínios que adquirem o leite *in natura* dos produtores, dedicando-se à produção de queijos, que se intensificou também nesse período, ou na própria extração da

nata, que parte era comercializada e outra transformada em manteiga (grifo do autor).

Concomitante à indústria de leite, nasce outra atividade econômica no Vale, o transporte do leite produzido nas propriedades, usando a tração animal e, mais tarde, pequenos caminhões. Enquanto a produção era apenas para subsistência, o leite permanecia na propriedade. Entretanto, no momento em que ele começa a ser vendido às indústrias de laticínios, é necessário ter quem transporte essa matéria-prima. O transporte era feito a cavalo, ou carroça puxada por bois, sendo assim possível chegar às propriedades mais afastadas, onde não havia estradas que suportassem um veículo maior.

A indústria do “ouro branco”, como era chamada a banha, em função da valorização que tinha, contou com três refinarias no Vale. Uma na cidade de Encantado e outras duas em Estrela. Juntas empregavam 153 operários (BARDEN et al., 2002). A produção de banha relacionava-se, diretamente, com a produção de milho e a criação de suínos. O milho representou em 1920 e 1940, na produção total do estado, 12% e 10%, respectivamente. Observa-se que a produção do milho diminuiu nesse espaço de tempo de vinte anos e o mesmo ocorre com a criação de suínos que em 1920 era de 424.766 toneladas, contra 336.591 toneladas em 1940, conforme dados do IBGE apud Barden et al. (2002).

O fumo também integrou a lista de itens produzidos no Vale do Taquari, sendo considerada uma contribuição importante para a economia do estado. Produzido na propriedade rural, em grande parte das situações pela família do proprietário, era um produto de alto valor, se comparado com os demais da região:

Em relação à produção, a cultura expandiu-se ao longo dos anos nos Vale do Taquari e Caí, centralizando-se na colônia de Santa Cruz do Sul (Pesavento, 1983). [...] o Vale do Taquari, em 1920, produzia 3,30% da produção total do RS, sendo que havia na região 604 estabelecimentos que cultivava, o produto, estes representavam 5,46% do total dos estabelecimentos do Estado (BARDEN et al., 2002, p. 34).

A região que mais produzia fumo estava concentrada nos municípios de Santa Cruz do Sul, Candelária, Venâncio Aires e Lajeado. Este último município contou com uma importante cooperativa de beneficiamento do fumo, a Cooperativa Agrícola Mista

Santa Clara Limitada. A Cooperativa surgiu no então distrito de Lajeado, denominado de Santa Clara, atualmente, município do Vale do Taquari, Santa Clara do Sul. O empreendimento teve início no ano de 1940, mantendo atividades até os anos de 1960, beneficiando o fumo em folha produzido em localidades dos municípios de Venâncio Aires, Arroio do Meio e Lajeado. Além dessa Cooperativa, o Vale do Taquari contava com outras quatro fábricas, vejamos:

No Vale do Taquari, para 1937, tem-se a presença de 4 fábricas e/ou oficinas de cigarrilhas do total de 76 existentes no Estado. Destas, 2 localizavam-se no município de Lajeado. Enquanto o capital médio das empresas do Estado era de 108.154,16\$, na região era apenas de 3.250,00\$ (3,00%), o que demonstra que estas empresas do RS eram de pequeno porte, podendo-se considerar que havia apenas 3 grandes empresas no Estado neste período (BARDEN et al., 2002, p. 36).

Conforme observado, das quatro fábricas relacionadas ao fumo no Vale do Taquari, duas das fábricas localizavam-se no município de Lajeado, outra em Arroio do Meio e ainda uma em Estrela. O período principal analisado no Brasil e no Rio Grande do Sul baseou-se nas décadas de 1930, 1940 e 1950. No caso específico do Vale do Taquari, a discussão adaptou-se às fontes disponíveis. Nesse sentido, a abordagem do Vale iniciou um pouco antes, na década de 1920, trazendo inclusive aspectos do período de colonização, para que o desenrolar dos processos na sequência fossem melhor compreendidos.

Portanto, ao longo da reflexão acerca do Vale do Taquari, trilhou-se a evolução da economia na região, sempre fazendo relações com a economia do Rio Grande do Sul e do Brasil. Observou-se aquilo que no início da discussão já havia sido destacado: a importante presença da pequena propriedade rural. Nos últimos parágrafos foram salientadas algumas indústrias que tiveram considerada importância no Vale. Constata-se que as fábricas que foram surgindo seguiram sempre uma lógica muito simples: beneficiar a matéria-prima produzida nas propriedades rurais. Foi assim que a região do Vale do Taquari enquadrou-se e fez diferença na economia estadual e nacional.

As circunstâncias específicas do surgimento da CERTEL em Teutônia - RS e seu impacto na economia da região, em geral, e no fornecimento de energia, em particular, é o tema do capítulo seguinte.

2 ENERGIA ELÉTRICA, MODERNIZAÇÃO, INICIATIVA PRIVADA E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR

A partir da primeira metade do século XX, a geração da energia elétrica na vila de Teutônia, então quinto distrito do município de Estrela, no Vale do Taquari-RS, contribuiu para que a comunidade local desenvolvesse um ideário de modernização. A identificação do empreendimento responsável pela geração de energia e das regiões por ela atingidas fez parte da ideia de modernização que as pessoas direta ou indiretamente ligadas àquela conjuntura dos anos 1950 elaboraram a respeito. É a análise de tal ideário que se faz neste capítulo, sobretudo a partir dos relatos orais.

2.1 Iniciativa privada

O Vale do Taquari caracterizou-se, na primeira metade do século XX, como uma região que baseou sua economia na propriedade rural, além de contar com pequenos empreendimentos que beneficiavam os itens produzidos nessas propriedades. Portanto, no município de Estrela, integrante do Vale do Taquari, o cenário que se configurava era, conseqüentemente, este.

No capítulo anterior foi observada a presença de fábricas de banha, fumo, laticínios, entre outras na região do Vale do Taquari. Estrela contou com, pelo menos,

uma fábrica de cada setor. Segundo Becker (2003), além das fábricas citadas, existiam marcenarias, serralherias, funilarias, ferrarias, mecânicas e fabriquetas de instrumentos de trabalho. Na Vila de Teutônia, distrito do município de Estrela, a geração de energia elétrica iniciou exatamente em uma serraria, conforme relato:

O início da eletricidade no antigo distrito (atual bairro) Teutônia deu-se através do Sr. Albino Schneider. Meu pai Reinoldo, ainda muito jovem, já tinha a experiência em marcenaria e construção de moinhos, e foi trabalhar com o Albino Schneider, que além da serraria e carpintaria, tinha um gerador termelétrico a vapor, queimando as sobras de madeira. Inicialmente era o Albino que tinha o negócio de eletricidade que fornecia aos consumidores para a Vila (distrito) de Teutônia. Lá com o Albino, meu pai Reinoldo foi se envolvendo, aprendendo a lidar com a eletricidade e a sua geração, enquanto também trabalhava na carpintaria e serraria do Albino Schneider. Reinoldo já tinha aptidão para carpinteiro/marceneiro, e a parceria com o Albino foi um verdadeiro casamento, e os dois sempre tiveram um relacionamento muito harmonioso, comercialmente e pessoalmente falando (L. B., entrevista oral, 2013, p. 01).

A parceria entre Reinoldo e Albino Schneider continuaria:

No início de 1935 houve um incêndio na serraria do Albino, destruindo também a parte da geração de eletricidade. O Albino não tinha mais interesse para (re)investir na continuidade da geração, e foi então que surgiu a oportunidade do Reinoldo montar seu próprio empreendimento, pois seu pai também tinha uma serraria/carpintaria e com isso, restos de madeira para queimar. Albino conhecia os consumidores e tinha uma pequena rede de distribuição e essa experiência foi importante na parceria. Reinoldo optou por montar um gerador a gás pobre junto ao prédio onde funcionava a marcenaria/carpintaria do meu avô Guilherme, e fundaram a Aschebrock e Cia, em sociedade com o Albino Schneider iniciando as atividades em 01/04/1935, sendo que Reinoldo tinha 2/3 e Albino 1/3 da sociedade (L.B., entrevista oral, 2013, p. 01).

A geração de energia elétrica através do gerador de gás pobre durou de 1935 até 1950:

O gerador (generator) de gás pobre produzia o gás que então era queimado por um motor a combustão (ciclo Otto), que por sua vez era ligado a um gerador de eletricidade. O conjunto importado foi adquirido da Aeckerle de Porto Alegre. Eles venderam energia elétrica de 1935 até 1950, quando entrou em operação a usina da Harmonia (L. B., entrevista oral, 2013, p. 01).

O empreendimento privado tinha como razão social “ASCHEBROCK & COMPANHIA e o objetivo da empresa, conforme artigo 2º, era: ‘a sociedade explora os serviços de fornecimento de energia elétrica – luz e força e todas as atividades conexas” (L. B., entrevista oral, 2013, p. 01).

No capítulo anterior, foi observado que a maior parte das indústrias do Vale do Taquari iniciou de forma artesanal. Isso significa que a mão de obra era realizada por humanos, com poucas máquinas e tecnologias. A chegada da energia elétrica, conforme relatado, se processou da mesma forma. Inicialmente Albino Schneider e posteriormente Reinoldo Aschebrock encontraram meios, num primeiro momento artesanais, para que se pudesse usufruir da energia elétrica na pequena Vila de Teutônia.

A Vila, assim como a maior parte do território brasileiro, especialmente regiões interioranas, ainda não contava com essa modernização, que era a energia elétrica, no período em questão. Dela podiam usufruir apenas os grandes centros. Mas o que é modernização? Para esclarecer esse conceito, vale a pena conferir:

Na primeira fase, do início do século XVI até o fim do século XVIII, as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna; mal fazem ideia do que as atingiu. [...] segunda fase começa com a grande onda revolucionária de 1790. Com a Revolução Francesa e suas reverberações, ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público. Esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a ideia de modernismo e modernização. No século XX, nossa terceira e última fase, o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento (BERMAN; MOISES; IORATTI, 1986, p. 16-17).

A partir da reflexão trazida de Berman, percebe-se que o termo “modernização” se refere a um processo de transformações econômicas, tecnológicas, urbanísticas, as quais iniciaram no século XVI, no mundo ocidental, e alteraram o cotidiano e a cultura das sociedades. Tal processo é marcado pela percepção social das mudanças e das permanências, uma dicotomia entre o “novo” e o “velho”. A modernização, portanto, é um processo de mudanças, que influencia as formas de pensamento e arte (modernismo) no Ocidente. Cabe esclarecer que a pesquisa aqui apresentada tem por objetivo analisar a ideia de modernização da comunidade de Teutônia a partir do fornecimento da energia elétrica, e não o modernismo da região.

Le Goff (2003, p. 190) cita três tipos de modernização:

A) a modernização equilibrada, em que o êxito da penetração do “moderno” não destrói o valor do “antigo”. B) a modernização conflituosa que, atingindo apenas uma parte da sociedade, ao tender para o moderno criou conflitos graves com as tradições antigas; C) a modernização por tentativas, que, sob diversas formas, procura conciliar “moderno” e “antigo”, não através de um novo equilíbrio geral, mas por tentativas parciais.

As entrevistas com a comunidade local, como se verá adiante, revelam uma ideia de modernização mais próxima do que Le Goff chama de “modernização equilibrada” ou “por tentativas”, uma vez que os depoimentos não associam a ideia de modernização com conflitos entre o “novo” e o “antigo”. As palavras Le Goff têm relação com os dizeres de Berman, Moises e Ioratti, pois ambos trazem uma ideia de que a modernização não aconteceu de forma estanque, de ontem para hoje. Muito pelo contrário, ela foi um processo, incorporado aos poucos pela sociedade.

A modernização sugere também um “ser moderno” que, segundo Berman, Moises e Ioratti (1986, p. 15),

[...] é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo o que é sólido desmancha no ar’.

Nesse sentido, é possível refletir a respeito da modernização que começa a aparecer em um espaço interiorano. A energia elétrica ainda não era uma realidade no interior do Brasil, como foi salientado no capítulo anterior. Conforme observado por Berman, Moises e Ioratti (1986), a modernização sugere a transformação e isso vai acontecendo aos poucos na Vila de Teutônia.

A Vila de Teutônia passava a usufruir da energia elétrica, assim como outras regiões do estado. Os governos do Rio Grande do Sul empreenderam ações para gerar energia elétrica em outros pontos do estado. A Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) foi fundada em 1947. Antes disso, o fornecimento de energia elétrica para o Rio Grande do Sul era efetuado por empresas estrangeiras. No capítulo anterior foi destacado, com Pesavento (1982), que a questão do setor energético era um problema que governos como o de Jobin, Dornelles e Brizola enfrentaram e buscaram encontrar soluções.

A geração da energia elétrica com gás pobre inicia em 1935 e vai até 1950, conforme foi observado com os relatos orais. Portanto, a CEEE é fundada anos antes da usina no morro da Harmonia entrar em funcionamento. Num contexto em que o modelo econômico seguido pelo estado valorizava a iniciativa estatal nos setores de energia, transporte e comunicação, como visto no capítulo anterior, a Vila de Teutônia passou a usufruir da energia elétrica a partir de um empreendimento privado de capital nacional. Nas décadas anteriores, empresas estrangeiras dedicavam-se de forma precária à geração de energia apenas nos grandes centros. Com a CEEE, o foco de investimento em energia elétrica ainda estava bastante voltado para as cidades com maior densidade populacional:

[...] a concessionária estatal tinha pouco interesse em expandir o sistema elétrico gaúcho no meio rural, porque estender redes elétricas em localidades de baixa densidade populacional era uma atividade muito pouco rentável. Quanto mais densa for a população, melhor é a sua rentabilidade (E. H., entrevista oral, 2013, p. 04).

A energia elétrica era deficiente nesse período, especialmente nas regiões do interior. No capítulo anterior, a contextualização do Brasil e do Rio Grande do Sul mostraram isso. Energia elétrica era privilégio de poucos. Primeiro, porque poucas cidades contavam com a geração; segundo, porque o valor era consideravelmente elevado.

O gerador movido a gás pobre forneceu energia até 1950, conforme afirmado acima. A partir desse ano foi inaugurada uma nova usina, construída no morro da Harmonia, local que hoje é conhecido como Lagoa da Harmonia, em Teutônia. Para a construção dessa usina, que seria gerada pela força das águas do arroio Harmonia, Reinoldo, que conhecia a localidade de Linha Harmonia, subiu até o alto do morro para fazer as suas análises. Junto com ele, foi seu amigo e parceiro de trabalho:

O planejamento da construção da barragem da Harmonia iniciou em 1942. Em 15/06/1942 O. S. B. começou a trabalhar com Reinoldo junto a Aschebrock & Cia que funcionava no Werkstelle. Em março/1942, e conta ele que Reinoldo estava trabalhando na construção dos postes e rede de energia para a Várzea, na Linha General Canabarro (atual Rua Daltro Filho) (L. B., entrevista oral, 2013, p. 01).

Sobre a sua relação profissional e de amizade com Reinoldo Aschebrock, o próprio O. B. comenta o seguinte:

O Reinoldo eu conheci em 1942 quando eu estava no Patronato Agrícola. Ele apareceu lá para emplacar a sua moto. Começamos a conversar e nos tornamos amigos. Eu queria aprender uma profissão e ele tinha marcenaria, foi quando ele me convidou para trabalhar com ele. Assim foi, tivemos amizade a vida inteira. Ele tinha muito trabalho com a instalação de luz, pois tinha usina de luz, a gás pobre, só para Teutônia. Como os pedidos de ligação eram muitos, ele começou a pensar no que ele poderia fazer. Ele sabia que lá na Harmonia tinha uma determinada quantidade de água, então, aos domingos nós íamos lá para cima medir a velocidade da água. Tudo isso ele fazia mesmo, eu e ele. Então, encontramos uma cascata de 25 metros e, ele dizia: – isso aqui vai dar uma usina, vai dar tantos HP's de força, vai dar força para nós lá, temos que começar a fazer isso. Com o passar dos anos ele foi se especializando mais em termos de energia, e assim foi. Passaram os anos, em 1944-1945, nós íamos para lá medir a velocidade da água. Ele fez o cálculo em uma valeta de água para ver a evasão que dava, e disse que ia chegar há tantos HP's de força a turbina, depois na conclusão, deu bem certinho. Então ele começou a construir a barragem lá, ele e mais dois peões (O. B., entrevista oral, 2014, p. 01).

Reinoldo iniciou transformações na Vila de Teutônia, conforme visto nos relatos orais, oportunizando que mais moradores pudessem usufruir da modernização que era a energia elétrica para a época:

Ele sempre soube que havia um grande banhado lá em cima, e a queda da d'água seria grande, e com isso a geração seria maior. Meu pai fez pessoalmente os levantamentos todos de forma empírica. Ele tinha umas técnicas práticas, de cronometrar o quanto uma coisa levava para descer a correnteza de uma valeta ou arroio, além disso, ele tinha uma técnica para calcular a vazão, entre outras coisas que ele aprendeu em livros, e depois de fazer algumas medições, já dizia quantos HP's de energia poderia ser gerada. Isso tudo para conseguir construir a usina e posteriormente a segunda usina. Esse levantamento até tem um mapa aqui, que foi feito um levantamento pluviométrico e a intensidade da chuva, Ele fez um estudo durante algum tempo para ver a quantidade de água que descia, que surgia lá daquelas nascentes. E depois o engenheiro refez o cálculo e foi aceito, aprovado (L. B., entrevista oral, 2013, p. 02).

Observa-se que a usina localizada no morro da Harmonia foi planejada em cada detalhe. Análises minuciosas foram feitas para calcular a vazão de água e levantamentos que indicassem o tempo que algo levaria para descer a correnteza. Técnicas que Reinoldo, como já foi dito anteriormente, pesquisava em livros e aplicava de forma prática. Tais levantamentos foram entregues ao diretor dos serviços industriais da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Odyr Heitor Thiesen. A Companhia refez os cálculos e levantamentos, uma vez que a ideia de represar a vertente que vinha do morro Harmonia (depois se transformava no arroio Harmonia), fazendo desta vertente uma lagoa, deveria ser exata. Engenheiros refizeram os cálculos e concluíram que havia pouca diferença, aprovando-os.

Diante dos relatos, constata-se uma grande preocupação por parte de Reinoldo, que contou com a parceria de outras pessoas ao longo da execução e construção. A partir de contatos com outras pessoas como, por exemplo, O. B., Aschebrock também mobilizou outras pessoas da comunidade para que o ajudassem na concretização de seu plano. Agricultores e peões fizeram parte desse processo. E, um deles, A. S., agricultor da localidade, relatou: *“A gente levava os canos lá para cima. Canos grossos, de ferro, soldados, onde a água passava. De manhã eu subia o morro até lá em cima e voltava, às vezes, dez horas da noite”* (Entrevista oral, 2013, p. 01).

A construção da usina contou com o auxílio de outras pessoas da comunidade, mediante pagamento, como A. S. relata: *“Eu ganhava pago pelo meu trabalho, mas não tinha INSS naquela época”* (Entrevista oral, 2013, p. 01). Entretanto, e acima de qualquer importância empregatícia, os moradores da Vila de Teutônia, pouco a pouco, reconheceram a importância que a energia elétrica poderia ter na vida de cada um, pois, conforme A. S., *“muitos proprietários onde tínhamos que passar com a rede, Reinoldo foi conversar para ter a autorização deles. E, sempre, todos aceitaram”* (Entrevista oral, 2013, p. 02). Ou seja, isso mostra o quanto os moradores da Vila valorizaram a chegada da energia elétrica. E, para além disso, A. S. ressalta que o apoio dos moradores foi fundamental para que a geração da energia elétrica continuasse naquela época, pois maquinário era de difícil acesso no interior. A força braçal, humana, era indispensável.

De um modo geral, o empreendimento foi visto com bons olhos pelos moradores; no entanto, havia aqueles que demonstravam-se receosos com a modernização, conforme A. S.: *“Muitos moradores tinham medo que os canos iriam arrebentar, até construíram sua casa em outro lugar, de medo, principalmente, aqueles que moravam perto de onde os canos passavam”* (Entrevista oral, 2013, p. 03). Entretanto, salienta ele, durante seu relato que, a estrutura foi muito bem montada e que seria praticamente impossível isso acontecer, pois todos os cuidados foram tomados para que fosse seguro. Sem contar que, o volume de água ali existente não era tanto, a ponto de chegar a inundar a localidade de Linha Harmonia.

O empreendimento evoluiu, enfrentando as dificuldades de um Brasil ainda pouco preocupado com questões de transporte, por exemplo, principalmente no

interior, onde os materiais necessários para construção foram todos levados à carroça, conforme relata a entrevistada quando questionada a respeito do transporte:

Era de carroça sim. Havia poucos veículos. Sim, isso foi feito aqui no pátio. Meu pai comprou e montou ele mesmo a máquina para formar os canos, porque as chapas eram compradas, umas chapas inteiras, aí moldavam os canos e soldavam eles e os levava até a Harmonia de carroça (Entrevista oral, 2013, p. 01).

Portanto, além do transporte precário, os canos ainda não podiam ser comprados prontos, mas, como foi visto, eram moldados e soldados por Reinoldo.

A usina localizada no morro da Harmonia foi pensada e planejada em virtude da demanda pela energia elétrica, que só aumentava, por parte dos moradores da Vila de Teutônia. Se iniciou vendendo a energia gerada a gás pobre aos habitantes próximos, porém, ao perceberem (os demais moradores) o que essa modernização proporcionava, ela foi solicitada por tantos, que essa usina já não supria mais o número de ligações solicitadas, e isso fica claro de acordo com os relatos orais. Para solucionar esse problema, como visto através dos relatos acima, Aschebrock, sabendo da queda d'água existente no alto do morro da Harmonia, costeou o Arroio Harmonia, o qual também passava pelas terras de seu pai, para verificar a possibilidade da construção de uma usina. Portanto, estava aí o início de um grande empreendimento que culminaria na fundação de uma Cooperativa:

Antes de ser fundada a Cooperativa de Eletricidade Rural Teutônia Ltda – Certel, em 19 de fevereiro de 1956, líderes comunitários da pacata Vila Teutônia, tendo como visionário o Sr. Reinoldo Aschebrock, que seria o primeiro presidente da Certel, concluíram, em 1950, as instalações de uma pequena usina hidrelétrica de 75 kW, localizada nos morros da Linha Harmonia, Município de Estrela-RS. Esta usina foi construída para substituir a fonte de energia elétrica produzida pela usina a gás pobre – a vapor – [...] para atender os moradores da localidade. Mais tarde, foi construída, próximo ao mesmo local, outra usina com idêntica potência, para atender a demanda de energia dos consumidores (MALLMANN, 2009, p. 35-36).

Mallmann (2009) lembra que, depois de uma usina construída no morro da Harmonia, outra foi construída. Isso porque o número de moradores interessados em comprar energia elétrica aumentava dia após dia, como esclarece o relato:

Então, com o tempo, muitos novos consumidores foram sendo ligados, principalmente ele (Reinoldo) se dedicava mais a atender os colonos, instalando bombas elétricas para seus poços de água e moedor de milho e também algumas firmas que eram poucas, mas estavam ligadas ao

fornecimento de energia. Mais tarde a demanda foi aumentando e foi necessária a construção da segunda turbina (L. B., entrevista oral, 2013, p. 01).

A Vila de Teutônia era predominantemente ocupada por agricultores, afinal, era distrito do município de Estrela. Portanto, as empresas que existiam eram poucas e o centro urbano ficava localizado na sede, Estrela. Os moradores da Vila solicitavam a energia elétrica, em grande parte das vezes para a instalação de bombas elétricas para os poços de água e moedores de milho, como foi relatado acima. Com isso, percebe-se que a geração da energia elétrica era realmente uma inovação, pois antes as máquinas, como o moedor de milho, por exemplo, seus motores eram gerados a óleo e, posteriormente, com a possibilidade de compra da energia elétrica, era possível fazer o motor funcionar através da energia.

A energia elétrica era vendida, no caso, por Reinoldo Aschebrock. Os moradores que demonstravam interesse podiam pagar a construção da rede com seu próprio trabalho. Mais uma vez, cabe ressaltar que estamos falando de meados do século XX, portanto, máquinas eram, em muitos casos inacessíveis e o trabalho dependia da força humana. O pagamento mensal ou trimestral era feito e contabilizado a partir dos medidores instalados em cada residência, de acordo com relatos:

Sim, já tinha os medidores de luz. E então era feito a leitura a cobrança mensal e no interior era três em três meses. Eles pagavam energia, só a construção da rede de luz, essa eles podiam pagar com seu trabalho. Existia uma cota, que pra uma taxa de ligação, que era chamada de cotas, que eles tinham parte então (L. B., entrevista oral, 2013, p. 01).

A construção dessas redes de energia elétrica para ligar as localidades mais afastadas apresentava um custo cada vez maior, como esclarece o relato:

Outro ponto é que o custo por ligação (e conseqüentemente de manutenção da rede) ficava mais caro, pois os novos interessados em ligações ficavam cada vez mais distantes, aumentando os investimentos por cada ligação. É diferente das ligações em aglomerados de consumidores (como centros urbanos), onde as ligações são mais próximas umas das outras. Então o colono não tinha tanto dinheiro para pagar o prolongamento da rede elétrica. Enfim, não se tratava de somente ligar na rede, mas de grandes investimentos de construir novas redes pelas picadas ou vilas. A Vila Schmidt, por exemplo, foi um alto investimento, e uma distância considerável. A insistência dos moradores e o vínculo pessoal influenciaram na decisão, e a rede elétrica só foi construída lá por 1965 a 1966 (L. B., entrevista oral, 2013, p. 02).

Segundo os relatos orais coletados, o empreendimento cresce e evolui de maneira que se torna necessário expandir; e essa expansão viria através da fundação da Cooperativa de Eletricidade Rural Teutônia Ltda.

Os contatos de Reinoldo Aschebrock com Odyr Heitor Thiesen, engenheiro da CEEE na época, foram de considerável importância para ter o apoio positivo para pensar na fundação de uma cooperativa. Esse apoio se deu, principalmente, porque a CEEE não tinha interesse em assumir a eletrificação em meio rural. Nesse contexto é fundada a Cooperativa de Eletricidade Rural Teutônia Ltda:

A Certel – Cooperativa de Eletricidade Rural Teutônia Ltda – foi fundada em 19 de fevereiro de 1956 por 174 sócios. O primeiro presidente foi o Sr. Reinoldo Aschebrock, que presidiu a cooperativa até 20 de outubro de 1966, quando foi eleito o Sr. Wilmuth Gunter Richter. Em março de 1971, assumiu a direção da cooperativa o Sr. Egon Édio Hoerlle [...] (MALLMANN, 2009, p. 34).

A Cooperativa de Eletricidade Rural Teutônia Ltda, conforme visto, foi fundada em 1956, mesmo ano que assume a presidência do Brasil o mineiro Juscelino Kubitschek. Nesse período, o Brasil passou por grandes transformações, como foi destacado no capítulo anterior. Setores estratégicos são extremamente estimulados no governo de Juscelino, a partir de 1956, quando assume o governo. São esses: transportes, energia, alimentação, indústria de base e educação. Kubitschek, com seu projeto desenvolvimentista, pretendia dar continuidade a uma política de industrialização, na qual a intervenção estatal era importante, sem abrir mão de capital estrangeiro e privado.

Os anos JK foram anos de desenvolvimento, especialmente no que tange à industrialização, setor que já era intensamente incitado nas duas décadas anteriores. Entretanto, são anos marcadamente lembrados pela alta inflação. A execução do Plano de Metas, exemplificado anteriormente, teve um alto custo para o governo brasileiro que recorreu a quem pôde, principalmente no final do mandato de Kubitschek.

Assim, vale a pena relembrar e contextualizar o período no Brasil. Sem dúvida, os anos que Juscelino Kubitschek esteve no poder promoveram desenvolvimento ao país, especialmente no que diz respeito às áreas que ele mesmo destacou como

estratégicas, incluindo a energia. Portanto, fica clara a preocupação mais intensa que se começou a ter com a questão energética. Entretanto, o desenvolvimento da região interiorana da Vila de Teutônia se dá, em grande parte, a partir da geração de energia elétrica. Em especial, o desenvolvimento do interior, será tratado com mais afinco a seguir.

2.2 Desenvolvimento do interior

A Vila de Teutônia, quinto distrito do município de Estrela/RS, iniciou um intenso processo de mudanças, a partir dos anos 1940, especialmente 1950 e posteriores. No subtítulo anterior, foi observado que o início da geração da energia elétrica na Vila, culminando com a fundação da Cooperativa de Eletricidade Rural Teutônia Ltda (Certel), foi considerado pelos entrevistados como sinônimo de modernização. Tal ideário também está associado ao desenvolvimento do interior da região, conforme se verá na análise dos depoimentos orais desta seção.

Anteriormente, observou-se, principalmente através dos relatos orais, as dificuldades encontradas na geração de energia elétrica, primeiro a usina a gás pobre, depois a construção da usina no morro da Harmonia. Dificuldades diversas relacionadas ao transporte aqui no Rio Grande do Sul eram evidentes. Se as estradas consideradas importantes, como a BR 386 (construída no Governo Brizola), receberam preocupação e foram construídas apenas a partir do final da década de 1950, imagina-se o que eram as estradas no interior dos municípios, como Estrela, por exemplo. Outras dificuldades referiam-se à mão de obra que necessitava de força braçal humana, pois não havia máquinas e tecnologia para auxiliar no trabalho.

Apesar das dificuldades destacadas, a Vila de Teutônia começa a transformar-se, a partir da segunda metade do século XX. Um desenvolvimento (mesmo que lento) é claramente visível para a sociedade da época. Os relatos orais indicam que esse desenvolvimento é, em grande parte, consequência da chegada da energia elétrica. Não apenas isso, mas foi um dos fatores que contribuiu de forma expressiva.

O município de Estrela baseava sua economia, predominantemente, na produção rural, e, portanto, na Vila de Teutônia não era diferente:

O município de Estrela, desde a sua fundação até o início deste século, se caracterizava pela economia mercantilista e produção rural. Após esse período, a economia passa a intensificar o setor industrial, diversificando-se por vários ramos, desde fábrica de bebidas, bolachas, torrefação de café, até a produção de sabão e também produtos de bens de capital (ANDRES, 1996, p. 106).

A diversificação da economia, passando a depender não apenas da produção rural, mas também da industrialização daquilo que era produzido no meio rural, contou com a modernização que era a geração de energia elétrica como facilitadora:

Tal processo de industrialização estava de alguma forma ligado ao setor primário, ou por se utilizar de seus insumos, ou por produzir bens de capital para o setor. Dentre essas atividades industriais, podemos citar as empresas de beneficiamento da banha e manteiga, fábrica de sabão, indústria de massas e biscoitos, embutidos de carne e também a industrialização de máquinas e equipamento agrícolas, além da produção e instalação de turbinas hidráulicas e geradores elétricos de pequeno porte, com a finalidade de eletrificação de pequenos conjuntos de consumidores (ANDRES, 1996, p. 106).

As informações trazidas por Andres são bastante reflexivas, pois vão ao encontro exatamente daquilo que está sendo trazido nos relatos orais: a modernização como sinônimo do desenvolvimento do interior a partir da geração de energia elétrica. Esse é um aspecto também trazido por A. S., quando relata que a empresa Stoll mármore e granitos teve seu início na década de 1950 e o serviço foi extremamente facilitado com a energia elétrica. O. B. também lembra, em seu relato, que *“o Carlos Üebel tinha a fábrica móveis, o Aschebrock mesmo tinha a fábrica de móveis e depois foram surgindo as pequenas indústrias e no fim tornaram-se grandes”* (O. B., entrevista oral, 2014, p. 01).

A partir da geração de energia elétrica começam a surgir, paulatinamente, mais indústrias na localidade, conforme foi evidenciado nos relatos acima. São essas pequenas indústrias que, como O. B. destacou acima, que culminam em grandes empresas, uma delas, a Stoll Mármore e Granitos, que teve considerável importância para a Vila até poucos dias atrás, quando encerrou suas atividades: *“A energia elétrica, no mundo contemporâneo, é considerada um insumo de produção, possibilitando a instalação de indústrias, gerando emprego e renda e promovendo o desenvolvimento”* (E. H., entrevista oral, 2013, p. 04). Ou seja, conforme relato, a energia elétrica tem considerável importância no desenvolvimento econômico de uma localidade do interior.

Para a Vila de Teutônia, na época, a energia elétrica era sinônimo de modernização, e, além de promover desenvolvimento, gerar empregos a partir das indústrias fundadas, a energia elétrica passou a ter importância na qualidade de vida das pessoas, conforme relato:

A energia elétrica foi um fator determinante para melhorar a qualidade de vida da população do meio rural e promover o desenvolvimento econômico e social dessas comunidades, porque, no passado, não havia energia elétrica, pois ela não era vista como de primeira necessidade (E. H., entrevista oral, 2013, p. 04).

Para os moradores da Vila de Teutônia e arredores, na época, a energia elétrica trazia muitas novidades. Entre elas, o funcionamento dos motores da propriedade a energia e não mais a óleo, o uso da geladeira para aqueles que tinham poder aquisitivo suficiente para adquiri-la, e outros equipamentos elétricos:

A introdução da luz elétrica trouxe progressivas mudanças de hábitos e valores de vida, quando a convivência familiar passou a estender-se noite adentro. Os princípios do consumismo e do materialismo passaram a concentrar as atenções e, lentamente, diversos aparelhos elétricos acabaram sendo adquiridos. Uma vontade acirrada de comprar aparelhagem tecnológica tomou corpo, portanto passou-se também a ter dificuldades de caixa. Os dividendos gerados eram canalizados para o custeio mensal da taxa de iluminação, o que gerou uma dependência financeira. Os excedentes monetários, progressivamente, foram canalizados ao consumo familiar, deixando-se de empregar no sistema de melhoramentos da produção agrícola. Os moradores passaram a absorver princípios consumistas, e a 'filosofia de pão-duro' passou a perder expressão. A agitação, a correria e o tempo ganharam importância, quando nas novas gerações assimilaram inúmeros modelos e valores citadinos. A energia possibilitou o acesso ao mundo e com ela suplantou-se parte da pacata vida rural (LANG, 1999, p. 16).

A partir do momento que a população conhece e experimenta a energia elétrica, o motor elétrico já não bastava, era necessário algo mais, como a geladeira, por exemplo. Quando passaram a usufruir dos benefícios da geladeira, ambicionaram algo mais, como a televisão e, assim por diante. Em relação ao constante aumento do uso de eletrodomésticos, o seguinte relato oral:

Então, na realidade, a cooperativa cresceu principalmente porque os agricultores precisavam de energia elétrica. Inicialmente, falava-se somente em levar luz para a casa do agricultor. Perguntávamos ao agricultor o que ele queria fazer com a energia. E ele respondia: 'Se tenho luz, já estou satisfeito!!!'. Porque no momento em que ele ligava a luz já queria ter também uma bomba d'água, tomar banho com água quente, instalar um refrigerador, bem como a usufruir de outros benefícios. Aí começou a adquirir os eletrodomésticos e utilizar energia elétrica não só para os meios de produção,

até porque todos os moedores de milho e os misturadores de ração eram movidos à energia de combustível líquido, gasolina e óleo diesel, e a energia elétrica ainda não era conhecida. Quando conseguimos conquistar confiança, a empresa foi crescendo (E. H., entrevista oral, 2013, p. 03).

De acordo com os relatos orais, é a energia elétrica que vai, aos poucos, introduzindo a sociedade do interior a vida que levavam as pessoas dos grandes centros urbanos. E, quando se fala em grandes centros urbanos, fala-se também, de vida e hábitos noturnos que vão surgindo com a chegada da energia elétrica:

A instalação da luz elétrica, em diversas residências, veio a sepultar progressivamente velhos hábitos, além disso os moradores passaram a ter uma vida noturna mais intensa. A revolução, de imediato, veio abolir as tradicionais lamparinas de querosene que, há décadas, iluminavam as moradias. A fuligem, em decorrência dessa iluminação, era uma marca comum nas paredes das residências, reforçada a ação do fogão a lenha. Eventuais incêndios, em função de acidentes com os artefatos, acabaram diminuídos no meio rural, pois a iluminação elétrica diminuía esses riscos (LANG, 1999, p. 15).

Ainda, em relação aos hábitos noturnos de uma população que experimenta a energia elétrica:

Os moradores das colônias, antes do advento da luz elétrica tinham poucos hábitos noturnos: o lema era de ao máximo aproveitar as horas ensolaradas. O ciclo da vida parecia caminhar paralelo à sucessão dos dias e das noites, sendo que os espaços diurnos eram destinados à labuta e os noturnos, ao repouso. As famílias, de maneira geral, iam 'dormir com as galinhas', pois não se tinham pretensões de labutar à noite. Os horários, como 20 a 22 horas, eram os momentos de recolhimento, porque um bom e tranquilo sono era compreendido como altamente saudável. A labuta, com os primeiros raios solares, era retomada. Havia o lema de 'quem cedo madruga, Deus ajuda' (LANG, 1999, p. 15).

A chegada da energia elétrica causou uma verdadeira mudança na vida dos moradores da Vila Teutônia. O cotidiano da vida familiar mudou, pois, como visto nos trechos de Lang (quando fala especificamente dos distritos que em 1981 emanciparam-se do município de Estrela e formaram o novo município chamado Teutônia), o dia claro ficava reservado ao trabalho e, assim que escurecia, era hora do descanso. Com a energia elétrica, a relação familiar, à noite, estende-se, pois as pessoas acabaram indo dormir mais tarde, permanecendo mais tempo juntas, em momentos de lazer, em sua própria casa, ou indo visitar vizinhos e parentes próximos.

Dessa forma, os benefícios que a energia elétrica proporcionava aos moradores da Vila de Teutônia e arredores, conforme já foi salientado no subtítulo anterior, fizeram com que a cada dia mais pessoas solicitassem o ligamento, pois viam as vantagens propiciadas. E, uma das alternativas encontradas a partir de estudos, conversas com pessoas da comunidade e, também com engenheiro da CEEE, para que o negócio continuasse evoluindo, foi a fundação de uma Cooperativa. O empreendimento havia se expandido de tal forma que estava além dos recursos e das forças de Reinoldo, de acordo com o relato:

[...] e também ele disse que estava além das forças, da capacidade dele evoluir tanto assim. Antes era um trabalho quase autônomo, quase artesanal e depois então evoluiu muito e até ele entregou a direção. Ele foi o primeiro presidente, depois ele entregou a direção para um outro presidente Wilmuth Richter, aí também houve problemas, pois eles não tinham a capacidade de administrar tudo, porque cresceu demais e, com isso, ele depois indicou e apoiou a candidatura do Egon, que foi um professor que tinha mais conhecimentos e também estava mais favorável à educação, tanto que, surgiram mais engenheiros para trabalhar e para administrar (L. B., entrevista oral, 2013, p. 01).

Portanto, segundo as entrevistas, ao mesmo tempo em que havia um desejo muito grande para que o desenvolvimento se perpetuasse, havia também a dificuldade de como continuar, pois o empreendimento havia se expandido de tal forma que era necessário pensar em alternativas. Desse modo, é fundada a Cooperativa de Eletricidade Rural Teutônia Ltda – Certel que, na época, foi uma alternativa encontrada para que uma região interiorana pudesse usufruir da energia elétrica, levando em consideração que a estatal estava com seus recursos voltados a cidades mais populosas:

As cooperativas de eletrificação conquistam as áreas do interior do país, porque as concessionárias estatais concentram os recursos inicialmente na eletrificação de áreas urbanas mais rentáveis. Percebendo que a eletrificação das propriedades rurais estava distante e conhecendo os benefícios da energia elétrica por intermédio de consumidores urbanos, surgiram os idealizadores cooperativistas do ramo de eletrificação rural que desenvolveram uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social (MALLMANN, 2009, p. 13).

Ainda em relação à importância que o empreendimento teve, depois se transformando em Cooperativa, tem-se o seguinte relato:

As cooperativas surgiram no interior, diferentemente da concessionária, que começou a implantação de redes elétricas nas cidades e ia do centro para a

periferia. Nós nascemos na periferia e fomos para o centro, criando condições econômicas para que se criassem centros maiores, inclusive a emancipação de novos municípios (E. H., entrevista oral, 2013, p. 01).

A geração da energia elétrica na Vila de Teutônia e arredores foi criando condições para que esse espaço se desenvolvesse. O desenvolvimento viria de qualquer forma, porém, possivelmente iria tardar, pois, conforme Mallmann (2009), a estatal tinha uma preocupação maior em atender, inicialmente, os grandes os centros. Entretanto, a iniciativa privada e, posteriormente, a Certel, preocupava-se com uma região do interior que alavanca em questões de desenvolvimento, destacando-se a nível estadual:

[...] Estrela possui uma participação com número de telefones por habitante, [...] bem acima da média dos municípios do Vale do Taquari, chegando a se igualar com a média do Estado. Também o consumo de energia elétrica por habitante se encontra acima da média, tanto da do Estado como da dos municípios do Vale do Taquari. Quanto ao consumo de energia elétrica *per capita*, cabe salientar que o município possui uma elevada participação das residências rurais eletrificadas, isto em função da Cooperativa de Eletrificação Rural de Teutônia Ltda (CERTEL), hoje pertencente ao município de Teutônia, desmembrado em 1982 de Estrela (ANDRES, 1996, p. 113, grifo do autor).

As reflexões trazidas acima, que fazem referência ao ano de 1972, mostram, claramente, o impacto causado pela geração de energia elétrica, iniciando na Vila de Teutônia e expandindo-se a outros locais, incluindo a sede do distrito, no caso o município de Estrela. Os dados são referentes ao ano de 1972; no entanto, são válidos aqui nessa discussão por mostrarem o quanto o município de Estrela estava desenvolvido, igualando-se ao nível do estado do Rio Grande do Sul. Ainda fazendo referência as décadas de 1960 e 1970, foram encontrados arquivos de jornais, mediante contatos com Airtton Engster dos Santos, representante da ONG AEPAN de Estrela. A fonte dos jornais não está visível, nem o ano e edição, no entanto, um dos trechos, ao referir-se à Vila de Teutônia, diz o seguinte:

Teutônia é o quinto distrito do município, conhecido anteriormente por Boa Vista, depois Teutônia do Norte. Possuindo 100 Km quadrados, o 2º distrito em extensão territorial, com uma população de 4.697 pessoas e 900 propriedades agrícolas, estas produziram Cr\$9.316.780,00 e as empresas comerciais em número de 31, faturaram Cr\$16.638.769,00, como as 17 empresas industriais Cr\$42.617.800,00. Também possui diversas empresas que colaboram fortemente com os cofres municipais, com destaque para a Cooperativa de Eletricidade Rural Teutônia Ltda, Evino Stoll e Cia. Ltda, Ottmar S. Barbosa e Oscar Willy Schwambach (Fonte desconhecida).

No trecho destacado acima já se observa um aumento no número de empresas, ou seja, a Vila de Teutônia não dependia mais apenas da agricultura, mas já contava com empresas de diversos ramos e, como essas colaboram para os cofres públicos no período. O destaque vai justamente à Cooperativa de Eletricidade Rural de Teutônia – Certel que, na década de 1970, em um levantamento feito pela Prefeitura Municipal de Estrela, estava em 25º lugar como empresa mais importante de Estrela.

No entanto, antes de continuar analisando o crescimento da Cooperativa e o conseqüente desenvolvimento, não somente da Vila de Teutônia, mas também de outros municípios do Vale do Taquari, cabe ressaltar aqui um grande desafio encontrado na trajetória Certel, que é relatado pela entrevistada:

A evolução foi muito grande, e isso meu pai já previa. Ele disse que a energia elétrica era indispensável, tanto que hoje em dia não é mais possível dispensar. Então é uma evolução muito grande, são milhares de pessoas que ganham seu sustento através da energia. Um exemplo da importância foi na grande seca de 1961 onde os arroios não tinham mais água e com isso toda a indústria parou. Naquele momento houve a necessidade de interligação com a CEEE (Teutônia até Linha Geraldo) (L. B., entrevista oral, 2013, p. 02).

Conforme o relato, Reinoldo Aschebrock, na década de 1930, quando iniciou a geração da energia elétrica, já desenhava o futuro da Vila de Teutônia. Já percebia a importância que a energia elétrica viria a ter para o desenvolvimento da região. Contudo, as usinas construídas no morro da Harmonia, movidas pela força produzida pela queda d'água, mostraram-se impossibilitadas em função da seca registrada no ano de 1961. Esse acontecimento abalou a Cooperativa de Eletricidade Rural de Teutônia Ltda, recém fundada, no ano de 1956. A energia elétrica distribuída pela Certel era proveniente da força da água. Para buscar uma solução ao problema, a Cooperativa decide interligar sua rede com as redes da estatal, CEEE, conforme o seguinte relato:

Já como Certel, mais tarde, a rede foi interligada com a CEEE. Na época o Pastor Lecke era uma liderança e defendia a ideia de entregar tudo para a CEEE, mas a gente batalhou para que isso não acontecesse porque era obra aqui da comunidade e então a interligação não ajudava (L. B., entrevista oral, 2013, p. 01).

No relato observa-se uma forte ligação da comunidade com a obra construída no morro da Harmonia e a forma como a população valorizava o empreendimento, tanto que, naquele momento de seca, a Certel não tinha alternativa a não ser ligar

suas redes com as redes de energia elétrica da CEEE. Entretanto, o relato oral deixa claro que, os moradores da Vila de Teutônia entendiam que a Cooperativa, recém fundada, deveria permanecer em atividade, comprando energia em alta tensão da CEEE e distribuindo-a em baixa tensão para a Vila e arredores. Era uma obra da comunidade e não poderia arruinar.

Ainda, em relação à interligação com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE):

Em 1961, segundo manifestação do ex-presidente Sr. Reinoldo Aschebrock, ainda funcionavam os geradores implantados em 1956, mas que já eram absolutamente insuficientes para atender a demanda de energia elétrica no distrito de Teutônia. No ano de 1961, a Certel foi interligada com a rede elétrica da CEEE, em Linha Geraldo. Naquela ocasião, a concessionária estatal tinha pouco interesse em expandir o sistema elétrico gaúcho no meio rural, porque estender redes elétricas em localidades de baixa densidade populacional era uma atividade muito pouco rentável. Quanto mais densa for a população, melhor é a sua rentabilidade. E havia também sérios entraves por parte da concessionária pela nossa expansão. Enfrentávamos todo o tipo de dificuldades, porque a empresa CEEE era uma concessionária estatal que tinha delegação do Poder Público Federal para poder explorar o serviço de distribuição de energia elétrica no Estado (E. H., entrevista oral, 2013, p. 01).

O projeto de ampliação da Certel adquiriu força com a interligação com a CEEE, segundo relato:

Foi muito importante, não tinha energia. Fez-se a ligação com a CEEE e começou a expansão. Por que a usina foi praticamente abandonada, não tinha mais condições de gerar energia, pois era muito pequena para o número de usuários e devido à seca. Ampliou-se, se ligou na CEEE, compramos energia da CEEE, e aí se começou a fazer o projeto de ampliação. Isso foi feito pelo engenheiro em Porto Alegre e se trouxe energia em 69.000 volts, na época (E. D., entrevista oral, 2013, p. 01).

O último relato trazido destaca, no início de sua fala, que a iniciativa de Reinoldo Aschebrock foi importante, pois não tinha energia elétrica antes disso. No entanto, os acontecimentos foram revelando também outras alternativas, como a fundação da Certel e a posterior interligação com a CEEE. Em ambos relatos fica evidente que a energia gerada era definitivamente insuficiente, considerando o número de moradores que desejavam usufruir da energia elétrica e, nesse sentido, a interligação com a CEEE fez com que mais habitantes pudessem desfrutar dos benefícios trazidos pela energia elétrica.

Nesse sentido, a interligação vai favorecer a ampliação. Tendo mais energia elétrica, mais era possível vender e tanto mais associados eram beneficiados. No início da década de 1970, redes elétricas do interior de municípios próximos como Arroio do Meio e Lajeado foram transferidas para a Certel:

[...] a assinatura da transferência da rede elétrica do interior dos municípios de Lajeado e Arroio do Meio para a Certel. Mais de 2.200 consumidores de energia destes municípios passaram a ser sócios da Certel. Todo o acervo elétrico, em estado precário, compreendendo as redes e postes de madeira, passou a pertencer à Certel, mas o suprimento de energia provinha da concessionária CEEE (E. H., entrevista oral, 2013, p. 03).

Essa era a primeira vez que a Cooperativa passava a atender moradores de outros municípios, além de Estrela. Depois desses dois municípios, outros como Salvador do Sul também tiveram suas redes elétricas transferidas para a Certel:

E assim fomos crescendo e nos desenvolvendo. Esse foi o passo inicial. No ano de 1972, a municipalidade de Salvador do Sul também transferiu as redes elétricas do município, que era abastecido por Montenegro, para a Certel. Logo depois, aqui na região, em Canabarro, a energia era suprida à população pelo Curtume Augustin, através de uma pequena usina hidrelétrica que funcionava no Arroio Boa Vista, passou também a ser fornecida pela Certel. Logo em seguida, assumimos também as localidades de Pontes Filho e Linha Clara. Em 1983, encampamos a Cooperativa de Energia Elétrica que funcionava em Languiru. Isso fez com que a cooperativa crescesse e os associados a apoiassem. Hoje, gozamos de um bom conceito (E. H., entrevista oral, 2013, p. 03-04).

A partir dos relatos observa-se como um empreendimento que surgiu para abastecer uma pequena Vila do interior de Estrela expandiu-se, transformando-se em cooperativa e atendendo a outros municípios. Esse crescimento da Certel traz nas entrelinhas a maneira como a Vila de Teutônia foi transformando-se, mais tarde emancipando-se, junto com outros dois distritos. O crescimento da Cooperativa impulsionou o mercado, gerou empregos e modernizou cada vez mais a região do Vale do Taquari como um todo:

Indiscutivelmente, a cooperativa foi um agente propulsor do desenvolvimento regional. Na época, Teutônia ainda não havia se emancipado. Hoje, atuamos em 17 sedes municipais, em 48 municípios. A que se deve esse crescimento? Deve ter sido um fator determinante a chegada da energia elétrica que era indispensável para o crescimento da produção, bem como para o lazer e o conforto dentro de casa. E, certamente, isso fez com que os municípios tivessem condições para realizarem as suas emancipações políticas e econômicas. Se não tivessem a energia elétrica não teríamos os municípios de Forquetinha, Marques de Souza, Pouso Novo, nem Travesseiro, Capitão e tantos outros que se tornaram independentes no decorrer dos anos (E. H., entrevista oral, 2013, p. 03).

Conforme o relato oral, a emancipação do distrito de Teutônia, juntamente com Languiru e Canabarro, foi marcada pelo desenvolvimento que haviam alcançado não só através da Cooperativa de Eletricidade Rural Teutônia Ltda, mas também pela Cooperativa Languiru e tantas outras empresas que foram sendo criadas e expandidas, na medida em que podiam usufruir da energia elétrica:

Posso afirmar que o município de Teutônia é um município desenvolvido, fundamentalmente porque o cooperativismo é reconhecidamente forte, contribuindo de forma decisiva para a promoção do desenvolvimento, pois além do importante papel desempenhado pela Certel e Certel Energia, temos também a Sicredi Ouro Branco, que proporciona aos empresários e às pessoas físicas aporte substancial de recursos financeiros. Se o cooperativismo está sendo reconhecido como uma atividade econômica viável, certamente porque já demonstrou à sociedade, há mais de 50 anos, que é uma alternativa capaz de melhorar o padrão de vida da população (E. H., entrevista oral, 2013, p. 04).

Portanto, a geração de energia elétrica, a partir de 1956, de uma forma cooperativada, foi uma alternativa que as lideranças da Vila de Teutônia e arredores encontraram naquele momento, segundo as entrevistas orais. E o desenvolvimento da Vila que, com tempo, emancipou-se de Estrela, junto com Canabarro e Languiru, transformando-se no que hoje se conhece como município de Teutônia, teve uma grande parcela de contribuição da Cooperativa de Eletricidade Rural Teutônia Ltda – Certel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou como objetivo a análise da ideia de modernização da Vila de Teutônia nos anos 1950 a partir da energia elétrica, mediante os depoimentos orais de pessoas da comunidade. As duas hipóteses levantadas estavam relacionadas à ideia de modernização associada à chegada da energia elétrica no distrito a partir e de uma iniciativa privada e ao desenvolvimento social e econômico do interior da localidade.

O primeiro capítulo ficou dedicado à contextualização da década de 1950, anos anteriores e posteriores. Ao longo do capítulo foi observado que o Brasil, na década em questão, apresentava um modelo econômico que priorizava empresas estatais. No entanto, ao longo da contextualização do Rio Grande do Sul, e mesmo no segundo capítulo, os relatos evidenciaram que a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) voltava seus recursos para eletrificação dos centros urbanos com maior densidade demográfica. Portanto, mesmo em um Brasil - na época da fundação da Cooperativa de Eletricidade Rural de Teutônia Ltda (Certel) - governado por Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas (o qual defendia uma intervenção estatal, juntamente com recursos estrangeiros), a energia elétrica na Vila de Teutônia tornou-se realidade, inicialmente, através de uma iniciativa privada.

O segundo capítulo, baseado, principalmente, nas entrevistas orais concedidas por pessoas envolvidas no empreendimento, tornou possível a análise de como a ideia de modernização que existia em torno da energia elétrica foi sendo difundida. O primeiro subtítulo desse capítulo, refletindo acerca da iniciativa privada, mostrou

através dos relatos orais que lideranças do distrito de Teutônia experimentaram diferentes maneiras para tornar a geração da energia elétrica uma realidade e, mais que isso, proporcionaram que outros moradores da localidade pudessem usufruir dessa modernização.

Através das entrevistas orais, ficou claro que, no início, poucos desfrutavam da energia elétrica; no entanto, as vantagens trazidas por ela foram difundidas de modo que outras pessoas passaram a solicitar ligamento. Ou seja, rapidamente os moradores sentiram a modernização que estava chegando à Vila e perceberam os benefícios que ela propiciava. Se a chegada da energia elétrica não fosse positiva naquele período, não haveria tanta procura. O empreendimento cresceu de tal forma que foi chegada a hora de pensar em outras possibilidades de continuar modernizando a Vila de Teutônia e, nesse contexto, foi fundada a Cooperativa de Eletricidade Rural Teutônia Ltda (Certel).

O segundo subtítulo trouxe para reflexão o desenvolvimento de uma região interiorana, em grande parte, estimulado pela geração da energia elétrica, conforme foi destacado pelos relatos orais coletados. Através das entrevistas orais observou-se como a energia elétrica atingiu a sociedade e transformou-a. O que antes era um distrito totalmente dependente de sua sede (Estrela), no que diz respeito a fábricas e comércio, passou a abrigar diversas fabriquetas de diferentes ramos, como fábrica de sabão, de móveis, mármore e granitos, entre outras. Portanto, a partir do momento que se tinha energia elétrica na Vila, ela se tornou, gradativamente, mais autossustentável, não dependendo sempre de sua sede.

Nesse sentido, pode-se dizer que a energia elétrica e, conseqüentemente, a Cooperativa de Eletricidade Rural Teutônia Ltda (Certel), foram essenciais para a emancipação do distrito da sede Estrela. Assim como aconteceu com a Vila de Teutônia, aconteceu com tantos outros municípios da região que tiveram seu desenvolvimento ligado à energia elétrica.

O desenvolvimento impulsionado a partir da geração da energia elétrica na Vila de Teutônia certamente viria de qualquer forma, entretanto, muito mais tarde, provavelmente, se ficasse sob responsabilidade da estatal. A forma como se desenvolveu o negócio da energia elétrica no distrito é motivo de reflexão, pois um

empreendimento que iniciou de forma privada, num contexto histórico onde empresas estatais tinham maior credibilidade, se tornou uma Cooperativa que existe até os dias de hoje. A Certel, enquanto geradora e distribuidora de energia elétrica no interior, propiciou condições para que o desenvolvimento acontecesse e continue acontecendo. Além da geração de energia elétrica, que hoje em dia é fundamental para a sobrevivência, a geração de empregos e os programas sociais desenvolvidos fazem a diferença, especialmente no Vale do Taquari.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Lucildo. Características da pequena propriedade rural: uma visão histórica. **Estudo e Debate**, ano 5, n.1, p. 7-27, 1998.

ANDRES, Luiz Fernando. O desenvolvimento no município de Estrela: uma análise sócio-econômica. **Estudo e Debate**, Lajeado, v. 3, n. 1, p. 105-118, 1996.

BARDEN, Julia et al. A economia do RS no período entre 1920 e 1940: uma análise da região do Vale do Taquari. **Estudo e Debate**, ano 8, n.2, p. 7-55, 2002.

BECKER, Dinizar Fermiano. A economia política do Vale do Taquari: uma análise da dinâmica do processo de desenvolvimento regional. **Estudo e Debate**, v. 10, n. 2, p. 107-143, 2003.

BERMAN, Marshall; MOISES, Carlos Felipe; IORATTI, Ana Maria L. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

FELIX, Loiva Otero. **História e Memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

KORNIS, Mônica Almeida. **Sociedade e cultura nos anos 1950**. 2012. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>>. Acesso em: 15 set. 2014.

LAGEMANN, Eugenio. Imigração e Industrialização. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: imigração e colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

LANG, Guido. **Colônia Teutônia: história e crônica 1858-1908**. Novo Hamburgo: O Autor, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

LOPEZ, Luiz Roberto. **Brasil recente: instituições e problemas**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra, 1987.

MALLMANN, Ernani Aloísio. **Cooperativas de Eletrificação Rural: novos desafios no ambiente regulado**. 2009. 125 p. f. Monografia (Bacharel em Direito) – Curso de Direito, Centro Universitário Univates, Lajeado, RS, 2009.

MOURE Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: imigração e colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

SCHMIDT, Carlos; HERRLEIN JR, Ronaldo. **Desenvolvimento do Rio Grande do Sul: dois projetos**. 2001. Disponível em: <www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2001_09.pdf> Acesso em: 20 set. 2014.

SILVA, Rogério P. da; SILVA, Márcia A. P. da; LARROSA, Tamires L. A questão dos tombamentos: uma análise de caso da fábrica Rheingantz Na Cidade do Rio Grande – RS. **Observatorio de la Economía Latino americana**, n. 180, 2013. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/13/fabrica-nacional-tecidos-panos-rheingantz-vater.html>>. Acesso em: 18 set. 2014.

SILVA, Suely Braga da. **50 anos em 5: o plano de metas**. 2012. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em: 15 set. 2014.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul: das origens aos dias atuais**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <www3.pucrs.br/pucrs/ppgfiles/files/faceppg/ppge/texto_8.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Paul; OLIVEIRA, Lolio Lourenço de. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Fontes orais:

- A. S. Depoimento oral concedido em 10 set. 2013.
- E. D. Depoimento oral concedido em 18 set. 2013.
- E. H. Depoimento oral concedido em 17 set. 2013.
- L. B. Depoimento oral concedido em 28 ago. 2013.
- O. B. Depoimento oral concedido em 08 ago. 2014.

Referências consultadas

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BROD, Meire. **Certel 50 anos**: a força que faz história. Teutônia: [s.n], 2006.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CAMPOS, Carlos Henrique. **O município de Teutônia**: o histórico do processo emancipacionista. Teutônia: o autor, 2013.
- DACANAL, José Hildebrando. **RS**: imigração e colonização. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- ELIAS, Norbert; JUNGSMANN, Ruy. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- HESSEL, Lothar Francisco. **O município de Estrela**: história e crônica. Porto Alegre: Editora Universidade, 1983.
- HOERLLE, Leandro André; SALVI, Eloni José. **Carência de energia elétrica no Brasil**: evolução histórica e a relação com o crescimento econômico. 2001. 99fl. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas), Centro Universitário Univates, Lajeado, RS, 2001.
- JANSEN, Suzel Lisiane. **Evolução da estrutura produtiva do Rio Grande do Sul**: uma análise do período de 1940 a 1995/96. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m18t01.pdf>. Acesso em 27 ago. 2014.
- LE GOFF, Jacques; BRANDAO, Eduardo. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MÜLLER, Carlos A. **A história econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Gazeta Mercantil, 1998.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1969. v. 1 e v. 2.

ROUANET, Sergio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.